

O MISTÉRIO DE MARIA ROGET

CONTINUAÇÃO DE "OS CRIMES DA RUA MORGUE"

NOTA INTRODUTÓRIA

Publicado pela primeira vez no Ladies' Companion, novembro-dezembro de 1842, fevereiro de 1843. Título original: The MYSTERY OF MARIE ROGET.

Por ocasião da primeira publicação de O Misterio de Maria Roget, as notas de pé de página, agora apenas, foram consideradas desnecessárias; mas os muitos anos decorridos desde a tragédia sobre que se baseia a estória tornam-nas indispensáveis e também dizer, em poucas palavras, algo sobre o plano geral.

Uma moça, Mary Cecilie Rogers, foi assassinada nas vizinhanças de Nova York, embora sua morte ocasionasse intensa e duradoura e emoção, o mistério que a cercava permaneceu insolúvel até a ocasião em que o presente relato foi escrito e publicado (novembro de 1842). Aqui, sob pretexto de relatar a sorte duma grisetete parisiense, o autor seguiu, em todas minúcias, os fatos essenciais, ao mesmo tempo que acompanhava apenas os não essenciais do assassinio real de Mary Rogers. Assim, todo o argumento baseado na FICÇÃO é aplicável à verdade, pois a investigação da verdade foi o seu objetivo.

O Misterio de Maria Roget foi escrito bem longe do local do crime e outros meios de investigação que os fornecidos pelos jornais. Por isso me escapou ao autor daquilo que ele próprio poderia ter utilizado se houvesse estado na cena do crime e visitado os lugares. Deve ser, não obstante, útil recordar que as confissões de duas pessoas (uma delas a Sra. Deluc narrativa), feitas em diferentes ocasiões e muito depois de publicada a estória, confirmaram, em pleno, não somente a conclusão geral, mas absolutamente todos os principais pormenores hipotéticos por meio dos quais foi a conclusão obtida.

O MISTÉRIO DE MARIA ROGET

Depois de ter ouvido o que recentemente ouvi, seria por certo estranho que eu permanecesse em silêncio a respeito do que tanto vi como ouvi já faz tempo. Após o desenlace da tragédia que envolveu a morte da L'Espanaye e sua filha, meu amigo Dupin não prestou mais atenção ao caso e recaiu nos seus velhos hábitos de extravagantes devaneios. Sempre predisposto às abstrações, não tardei em segui-lhe o exemplo, e, continuando a ocupar nossos aposentos no bairro de São Germano, abandonamos ao vento o futuro e adormecemos tranqüilamente no presente, tecendo de sonhos o mundo estúpido que nos cercava.



Mas esses sonhos não ficaram inteiramente sem interrupção. Pode-se de pronto supor que a parte desempenhada por meu amigo no drama da Rua Morgue não deixara de causar impressão na imaginação da polícia parisiense.

Entre seus agentes, o nome de Dupin tinha-se tornado familiar. Não tendo sido o simples caráter daquelas induções, por meio das quais havia ele destrinchado o mistério jamais explicado, mesmo ao Chefe de Polícia, ou a qualquer indivíduo, a não ser eu mesmo, não é de admirar, sem dúvida que o caso fosse encarado como pouco menos que milagroso, ou que as habilidades analíticas de Dupin houvessem adquirido para ele o crédito da intuição.

Sua franqueza o teria levado a libertar qualquer perguntador de tal preconceito, mas seu temperamento indolente o impedia de quer agitação ulterior a respeito dum episódio cujo interesse de há muito cessara para ele. Por isso aconteceu que veio a tornar-se o alvo dos olhares policiais e poucos não foram os casos em que fizeram tentativas, na chefia de polícia, para que ele deles se encarregasse.

Um desses casos mais notáveis foi o do assassinio moça chamada Maria Roget. Este fato ocorreu cerca de dois anos depois do bárbaro crime da Rua Morgue. Maria, cujos nomes de batismo e de família chamaram desde pronto a atenção por sua semelhança com os da desventurada vendedora de charutos, era filha única da viúva Estela Roget. O pai morrera na infância da criança e, da ocasião da morte até dentro de oito meses antes do assassinio que forma o assunto de nossa narrativa, mãe e filha tinham vivido juntas na Rua Pavée Saint-André, mantendo aquela uma pensão, ajudada por Maria. As coisas continuaram assim, até haver esta última atingido os vinte e dois anos, quando sua grande beleza atraiu a atenção dum perfumista, proprietário duma das lojas do rés-do-chão do Palais Royal, cuja clientela consistia principalmente de audaciosos aventureiros que infestavam aqueles arredores. O Sr. Blanc não duvidava das vantagens que adviriam da presença da formosa Maria em sua loja de perfumes e suas generosas propostas foram avidamente aceitas pela moça, embora com um pouco mais de hesitação da parte de sua mãe.

As previsões do lojista se realizaram e seus salões em breve se tornaram famosos, graças aos encantos da alegre grisette. Encontrava-se ela no emprego havia quase um ano, quando seus admiradores ficaram aturdidos com sua súbita desapareção da loja. O Sr. Le Blanc não soube dar explicações de tal ausência e a Sra. Roget estava quase louca de ansiedade e terror. Os jornais se apoderaram imediatamente do assunto e a polícia se aprestava a fazer sérias investigações, quando, uma bela manhã, uma semana após, Maria, de boa saúde, mas com um ar de leve tristeza, reapareceu no seu balcão habituado da perfumaria. Toda investigação, exceto as de caráter particular, foi, sem dúvida, imediatamente sustada. O Sr. Le Blanc mantinha a mesma ignorância anterior absoluta. A todas as perguntas que lhe faziam, Maria, bem como sua mãe, respondia que passara a semana na casa dum parente, no interior. De modo que o caso não foi adiante e em breve todos o esqueceram, pois no propósito evidente de livrar-se duma curiosidade impertinente, em breve se despedia definitivamente do perfumista e recolhia-se ao abrigo da residência de sua mãe, na Rua Pavée Saint-André.

Foi cerca de cinco meses depois dessa volta ao lar que seus amigos se alarmaram com sua súbita desapareção, pela segunda vez. Três dias se passaram e nada se ouvia falar a respeito dela. No quarto dia, seu corpo foi encontrado boiando no Sena, perto da praia fronteira ao bairro da Rua Saint-André e a um ponto não distante das cercanias pouco freqüentadas da Barreira do Roule.

A atrocidade desse crime (pois era de pronto evidente que fora cometido um crime), a mocidade e beleza da vítima e, acima de sua anterior notoriedade conspiravam para

produzir intensa comoção no espírito dos sensíveis parisienses. Não me recordo de caso semelhante que houvesse provocado efeito tão geral e tão intenso. Durante semanas, na discussão desse único tema absorvente, até mesmo os momentosos tópicos políticos do dia eram esquecidos. O Chefe de Polícia fez esforços fora do comum e todas as forças da polícia parisiense foram chamadas a dar o máximo de sua colaboração.

Ao ser descoberto o cadáver, não se supôs que o assassino fosse capaz de escapar, a não ser por breve período, ao inquérito sem demora instaurado. Somente ao fim duma semana é que se julgou necessário oferecer uma recompensa e mesmo então estava essa recompensa limitada a mil francos. Entrementes, continuava a investigação com vigor, se não sempre com discernimento, e inúmeros indivíduos foram interrogados, mas sem resultado, à medida devido à contínua ausência dum fio esclarecedor do mistério, aumentava intensamente a excitação popular. No fim do décimo dia, achou-se aconselhável dobrar a soma originalmente prometida e por fim, tendo decorrido a segunda semana sem conduzir a nenhuma elucidação e tendo a prevenção, que sempre existe em Paris contra a polícia, dado azo a algumas desordens sérias, o Chefe de Polícia tomou a seu cargo prometer a soma de vinte mil francos "pela denúncia do assassino", ou, se ficasse provado haver mais de um implicado, "pela denúncia de qualquer um assassinos".

Na proclamação que anunciava esta recompensa, prometia-se pleno perdão a qualquer cúmplice que depusesse contra seu companheiro e a essa declaração estava apenso, onde quer que aparecesse, um cartaz particular duma comissão de cidadãos, que ofereciam dez mil francos a mais do montante prometido pela Chefia de Polícia. De modo que toda a recompensa prometida ascendia a nada menos de trinta mil francos, o que pode ser olhado como uma soma extraordinária, quando consideramos a modesta posição da moça e a grande freqüência, nas grandes cidades, de crime tão atrozes como esse.

Ninguém duvidava agora de que o mistério desse crime seria imediatamente esclarecido. Mas, embora, num ou dois casos, tivessem sido feitas prisões que prometiam elucidação, contudo nada ficou esclarecido que pudesse incriminar as pessoas suspeitas, as quais foram sem demora postas em liberdade. Por mais estranha que possa parecer, havia já passado a terceira semana após a descoberta do cadáver sem que nenhuma luz fosse projetada sob o caso, antes mesmo que qualquer rumor dos acontecimentos, que tanto agitaram a opinião pública, chegasse aos ouvidos de Dupin e aos meus.

Entregues a pesquisas que haviam absorvido toda a nossa atenção, havia quase um mês que não saíamos de casa, ou recebíamos visitas, limitando-nos a lançar uma vista rápida aos principais artigos políticos de algum dos diários da capital. A primeira notícia do crime nos foi trazida por G*** em pessoa. Veio ver-nos, logo no começo da tarde do dia 13 de julho de 18... e ficou conosco até tarde da noite.

Estava vivamente irritado pelo fracasso de todas as suas tentativas de deitar mão aos criminosos. Sua reputação - assim dizia ele, com típico ar parisiense - estava em jogo. Até mesmo sua honra se achava comprometida. Os olhares do público estavam fixos sobre ele e não havia, na verdade, sacrifício algum que não desejasse fazer pelo esclarecimento do mistério. Terminou seu discurso, um tanto ridículo, com um elogio a que lhe aprazia chamar de "o tato" de Dupin, e fez-lhe uma direta e certamente generosa proposta, cujo valor preciso não tenho o direito de aqui revelar, mas que não tem grande importância no assunto mesmo desta narrativa.

Meu amigo refutou o elogio o melhor que pode, mas aceitou a proposta imediatamente, embora suas vantagens fossem inteiramente condicionais. Ficando determinado este ponto, o Chefe de Polícia pôs-se logo a dar explicações a respeito de seus próprios pontos de vista, intercalando-os de longos comentários sobre os depoimentos, dos quais ainda

não tínhamos até então conhecimento. Discorreu bastante e, sem dúvida, doutamente, enquanto eu aventurava uma sugestão ocasional a propósito da noite que passava e da hora de dormir.

Dupin, sempre sentado na sua poltrona habitual, era a encarnação da atenção respeitosa. Ficara de óculos durante toda a entrevista, e um fortuito olhar, por baixo dos vidros verdes dos óculos, bastou para convencer-me de que dormia profundamente, embora não ressonasse, durante as sete ou oito pesadas horas que precederam a partida do chefe de polícia.

Pela manhã, procurei, na Chefia de Polícia, um relatório completo de todos os depoimentos obtidos e, em várias redações de exemplares nos quais, do princípio ao fim, tinha sido publicada qualquer informação decisiva a respeito daquele triste caso. Desembaraçada de tudo quanto não estava positivamente provado, essa massa de informações estatua o seguinte:

Maria Roget deixara a casa de sua mãe, na Rua Pavée Saint- André, cerca das nove horas da manhã do domingo 22 de junho de 18...Ao sair, comunicou a um tal Sr. Jacques St. Eustache, e somente a ele, sua intenção de passar o dia com uma tia que morava na Rua dos Drômes. A Rua dos Drômes é uma travessa estreita, mas movimentada, não longe das margens do rio, e a uma distância dumas duas milhas, pelo caminho mais reto da pensão da Sra. Roget. St. Eustache era o pretendente de Maria e dormia, bem como tomava refeições, na pensão. Devia ir buscar sua noiva ao anoitecer e acompanhá-la até em casa. À tarde, porém, sobreveio pesada chuva e, supondo que ela permaneceria a noite toda em casa de sua tia (como já fizera antes, em circunstâncias idênticas), achou ele que não era necessário manter sua promessa. Como a noite avançasse, a Sra. Roget (que era uma velha doente, de setenta anos de idade) expressou seu temor de "que jamais veria Maria de novo"; mas, no momento, tal observação não atraiu grandemente a atenção.

Na segunda-feira, verificou-se que a moça não estivera na Rua Drômes e, quando se passou o dia, sem notícias dela, uma busca tardia foi organizada em vários pontos da cidade e seus arredores. Somente, porém, no quarto dia após seu desaparecimento que algo de importante se veio a saber a respeito dela. Nesse dia (quarta-feira, 25 de junho), um tal Sr. Beauvais, que, com um amigo, estivera fazendo indagações a respeito de Maria, perto da Barreira do Roule, na margem do Sena, fronteira à Rua Saint-André, foi informado de que um cadáver acabava justamente de ser trazido à praia por alguns pescadores que o haviam encontrado boiando no rio. Ao ver o corpo, Beauvais, depois de alguma hesitação, identificou-o como o da moça da perfumaria. Seu amigo reconheceu-o mais prontamente.

O rosto estava coberto de sangue preto, que saíra, em parte, da boca. Não se via espuma, como no caso dos simples afogados. Não havia descoloração do tecido celular. Em torno da garganta, havia equimoses e marcas de dedos. Os braços estavam dobrados sobre o peito e mostravam-se rígidos. A mão direita estava crispada e a esquerda parcialmente aberta. No punho esquerdo havia duas escoriações circulares, parecendo causadas por cordas, ou por uma corda com mais de uma volta. Parte do punho direito, também estava bastante esfolada, bem como o dorso, em toda a sua extensão, porém mais especialmente nas omoplatas. Ao rebocar o corpo para a praia, os pescadores haviam amarrado nele uma corda, nenhuma das escoriações havia sido produzida por essa corda. A carne do pescoço estava bastante inchada. Não havia cortes visíveis ou equimoses que parecem causadas por golpes. Descobriu-se pedaço de fita amarrado tão estreitamente ao pescoço que se podia perceber, estava completamente enterrado na carne e amarrado por um nó oculto, justamente por baixo da orelha esquerda. Só isso teria bastado para produzir a morte. O laudo médico afirmou com convicção o caráter virtuoso da morta. Dizia ele que

fora vítima duma brutal violência. Achava-se o corpo, quando encontrado, em estado tal que não pode haver dificuldade em ser reconhecido pelos seus amigos.

O vestido estava bastante rasgado e aliás em grande desordem. Na parte exterior, uma faixa de cerca do trinta centímetros de largura fora rasgada de alto a baixo, desde o debrum superior a cintura, mas não arrancada. Estava enrolada três vezes em torno da cintura, e presa por uma espécie de nó nas costas. A roupa que se seguia ao vestido era de fina musselina e dela uma tira de polegadas de largura tinha sido inteiramente arrancada, arrancada de todo e com grande cuidado. Foi encontrada em torno do pescoço, frouxamente amarrada, e presa por um nó cego. Por cima dessa tira de musselina e da tira de fita, estavam amarrados cordões do chapéu, com o chapéu pendente. O nó que prendia atilhos do chapéu não era dos que dão as mulheres, mas um corrediço de marinheiro.

Depois de identificado o cadáver, não foi ele, como de hábito levado ao necrotério (tal formalidade era supérflua), mas enterrado as pressas não longe do ponto em que fora retirado do rio. Graças aos esforços de Beauvais, a questão foi cuidadosamente abafada tanto quanto possível; e vários dias decorreram antes que se registrasse qualquer emoção pública. Um jornal hebdomadário contudo, afinal apossou-se do tema; o cadáver foi exumado e cedeu-se a um novo exame; porém nada se obteve além do que já fora observado. As roupas, contudo, foram desta vez apresentadas à mãe e aos amigos da morta, sendo perfeitamente identificadas como as que a moça usava ao sair de casa.

Entrementes, a excitação crescia de hora em hora. Diversas pessoas foram detidas e postas em liberdade. Especialmente St. Eustache foi tido como suspeito; e ele não pôde, a princípio, dar relato compreensível do que andara fazendo durante o domingo em que Maria saíra de casa. Posteriormente, todavia, ele apresentou ao Sr. G*** atestados satisfatoriamente explicativos sobre cada hora daquele dia. Como o tempo passasse sem que viessem descobertas, mil rumores contraditórios circulavam, ocupando-se os jornalistas em sugestões. Entre estas, a única que atraiu mais a atenção foi a idéia de que Maria Roget ainda vivia, a de que o cadáver encontrado no Sena era o de alguma outra infeliz.

Será bom que eu apresente ao leitor alguns dos trechos que corporificam a sugestão aludida. Tais trechos são cópias literais de L'Étoile, jornal orientado em geral com grande habilidade:

A Srta. Roget saiu da casa de sua mãe, na manhã do domingo 22 de junho de 18..., com o propósito ostensivo de ir ver sua tia, ou certo outro parente, na rua dos Drômes. Ninguém mais a viu desde aquela hora. Não há traço ou notícia dela, absolutamente... Nenhuma pessoa, fosse qual fosse, se apresentou até agora que a tivesse visto naquele dia, desde que ela saiu da porta da casa da sua mãe...

Ora embora não tenhamos provas de que Maria Roget se achasse no mundo dos vivos no domingo 22 de junho, depois das nove horas, temos prova de que até aquela hora ela estava viva. Ao meio-dia de quarta-feira, um corpo de mulher foi descoberto quando flutuava junto à margem da Barreira do Roule. Isto, mesmo que presumamos que Maria Roget se atirou no rio, dentro de três horas depois que saiu da casa de sua mãe, só se deu três dias depois de haver ela saído, três dias com diferença de uma hora. Mas é loucura supor que o assassinio, se assassinio foi cometido, pudesse consumir-se bastante cedo para habilitar os assassinos a atirarem o corpo no rio antes da meia-noite. Os que são culpados de tão horríveis crimes escolhem antes a treva e não a luz...

Assim vemos que, se o corpo encontrado no rio era o de Maria Roget, só poderia ter estado na água dois e meio dias, ou três no máximo. Toda a experiência demonstra que

os afogados, ou atirados dentro da água logo depois de uma morte violenta, exigem de seis a dez dias a fim de que se produza a decomposição suficiente para trazê-los à tona da água. Mesmo quando se dá um tiro de canhão sobre o local onde o cadáver se encontra e esse vem à tona antes de, pelo menos, cinco ou seis dias após a imersão, afundar-se-á de novo, se abandonado a si mesmo. Agora, perguntamos, que há neste caso para produzir um afastamento do caminho normal da natureza?...

Se o corpo tivesse sido conservado sobre a praia, em seu estado de mutilação até a noite de terça-feira, algum traço dos assassinos se encontraria na margem. É também um ponto duvidoso o de que o corpo flutuaria tão rapidamente, ainda que atirado à água, depois de dois dias de ter sido morto. E mais ainda, é enormemente improvável que quaisquer criminosos que tenham cometido o assassinio, como aqui se supõe, tivessem atirado o cadáver na água sem um peso para afundá-lo, quando tal precaução facilmente poderia ter sido tomada.

O redator passa aqui a argumentar que o cadáver deve ter estado dentro da água "não simplesmente três dias, mas, pelo menos, cinco vezes três dias", porque estava tão decomposto que Beauvais teve dificuldade em reconhecê-lo. Este último ponto, porém, era inteiramente falso. Continuo a citar:

Quais, então, são os fatos pelos quais o Sr. Beauvais diz não ter dúvida de que o cadáver é o de Maria Roget? Rasgou a manga do vestido e disse ter encontrado marcas que o satisfizeram acerca da identidade. O público geralmente supôs que essas marcas consistiam em alguma espécie de cicatriz.

Esfregou o braço e descobriu nele cabelos - algo tão vago, pensamos, como mal se poderia imaginar -, coisa tão pouco decisiva como encontrar braço dentro de uma manga. O Sr. Beauvais não voltou à casa aquela noite mas mandou um recado à Sra. Roget, às sete horas da noite de quarta-feira dizendo que as investigações ainda continuavam, com relação à sua filha. Se admitirmos que a Sra. Roget, por causa de sua idade e de seu pesar (o que é admitir muito), não podia ir lá, certamente devia ter havido alguém que julgasse valer a pena ir lá e acompanhar as investigações, se pensasse que o cadáver era o de Maria.

Ninguém foi. Nada se ouviu nem foi dito acerca do assunto, na Rua Pavée Saint-André, que tenha chegado sequer aos ocupantes do mesmo prédio. O Sr. St. Eustache, o amoroso e futuro esposo de Maria, que era pensionista da casa da mãe dela, depôs que não ouviu sobre a descoberta do cadáver de sua noiva senão na manhã seguinte, quando o Sr. Beauvais veio a seu quarto e lhe falou disso. Admira-nos que uma notícia semelhante a esta fosse tão friamente recebida.

Desse modo o jornal tentava criar a impressão de uma apatia da parte dos parentes de Maria, inconsistente com a suposição de que esses parentes acreditassem ser dela o cadáver. Suas insinuações chegaram a isto: que Maria, com a conivência de seus amigos se ausentara da cidade por motivos que envolviam uma acusação contra sua castidade; e que esses amigos, depois da descoberta de um cadáver no Sena, algo semelhante ao da moça, tinham-se aproveitado da oportunidade para fazer o público impressionar-se a crença de sua morte. Mas L'Étoile estava de novo ultra-apressada. Distintamente se provara que nenhuma apatia, tal como a imaginada, existira; que a velha senhora ficara excessivamente enfraquecida e tão agitada que era incapaz de atender a qualquer obrigação; que St. Eustache, em vez de receber as notícias friamente ficou perturbado de pesar e comportou-se tão alucinadamente que o Sr. Beauvais encarregou um amigo e parente de tomar conta dele e impedi-lo de acompanhar o exame na exumação. Além disso embora L'Étoile asseverasse que o corpo havia sido novamente exumado a expensas públicas e que uma vantajosa oferta de sepultura particular fora absolutamente rejeitada

pela família, e que nenhum membro da família acompanhou o cerimonial, embora, repito, tudo isso fosse afirmado por L'Étoile para consolidar a pressão que desejava obter - tudo isso, porém, demonstrou-se satisfatoriamente, era falso. Num número subsequente do jornal, feita uma tentativa de atirar suspeitas sobre o próprio Beauvais. Disse o jornalista:

Agora, afinal, surge uma mudança. Dizem-nos que, em certa ocasião, enquanto certa Sra. B*** estava na casa da Sra. Roget, o Sr. Beauvais que estava saindo, falou-lhe que era esperado ali um gendarme e que ela, Sra. B***, nada devia dizer ao gendarme até que ele, Beauvais, voltasse, deixando o negócio por sua conta...Na presente situação do assunto, o Sr. Beauvais parece ter toda a questão fechada em sua mão . Nem um só passo pode ser dado sem o Sr. Beauvais pois, tome-se o rumo que se quiser, esbarrar-se-á com ele...Por alguma razão, decidiu ele que ninguém poderia imiscuir-se no inquérito, a não ser ele, e empurrou do caminho os parentes masculinos de modo muito singular, de acordo com suas queixas. Ele parece também ter muito grande aversão a permitir que os parentes vejam o cadáver.

Pelo seguinte, alguma cor foi dada à suspeita, assim atirada sobre Beauvais. Um visitante do escritório deste, poucos dias antes do desaparecimento da moça, e durante a ausência do dono, observara uma rosa no buraco da fechadura e o nome "Maria" escrito sobre uma ardósia pendurada ao alcance da mão.

A impressão geral, tanto quanto a podemos extrair dos jornais, parecia ser a de que Maria fora vítima de uma quadrilha de bandidos; que tinha sido levada por eles pelo rio, maltratada e assassinada. Le Commercial, contudo, órgão de extensa influência, encarniçou-se em combater essa idéia popular. Cito um ou dois trechos de suas colunas:

Estamos persuadidos de que as pesquisas até agora têm tomado um rumo falso ao se dirigirem para a Barreira do Roule. É impossível que uma pessoa tão bem conhecida por milhares de pessoas, como a jovem em apreço era, tenha passado por três quarteirões sem que ninguém a tenha visto; e quem quer que a tivesse visto tê-lo-ia recordado, porque ela interessava a todos os que a conheciam . Ela saiu quando as ruas estavam cheias de.. É impossível que possa ter ido até à Barreira do Roule ou à Rua dos Drômes sem ser reconhecida por uma dúzia de pessoas; contudo, ninguém se apresentou que a tivesse visto fora da porta da casa de sua mãe, e não há prova, a não ser o testemunho relativo a suas expressas intenções , de que ela tenha absolutamente saído. Sua blusa estava rasgada, envolvida em torno do corpo e amarrada; e assim o corpo foi carregado como um fardo. Se o assassinio tivesse sido cometido na Barreira do Roule, não teria havido necessidade de tal arranjo. O fato de que o cadáver foi encontrado flutuando perto da Barreira não é prova de que fosse atirado à água ali. Um pedaço de um dos saiotes da infeliz moça, de sessenta centímetros de comprimento e trinta de largura, fora arrancado e amarrado sob o seu queixo, atando-se na nuca, provavelmente para impedir gritos. Isso foi feito por sujeitos que não tinham lenços de bolso.

Um dia ou dois antes que o Chefe de Polícia nos chamasse, porém, chegou à polícia certa informação importante, que parecia desmanchar, pelo menos, a principal parte da argumentação de Le Commercial. Dois meninos, filhos de uma tal Sra. Deluc, quando vagabundeavam entre os bosques próximos da Barreira do Roule, conseguiram penetrar numa mata particular, dentro da qual havia três ou quatro grandes pedras, formando uma espécie de banco, com encosto e escabelo. Na pedra mais ao alto estava uma saia branca; na segunda, uma charpa de seda. Uma sombrinha, luvas e um lenço de bolso também ali se encontravam.

O lenço trazia o nome "Maria Roget". Fragmentos de vestido foram descobertos nas sarças em redor. O chão estava calcado, as moitas partidas e havia toda a evidência duma luta.

Entre o bosquezinho e o rio os parapeitos da cerca foram encontrados arriados e o solo mostrava sinais evidentes de haver sido arrastado por ele algum fardo pesado. Um hebdomadário, *Le Soleil*, publicara os seguintes comentários sobre esta descoberta, comentários que fizeram simplesmente eco ao sentimento de toda a imprensa parisiense:

Os objetos ficaram evidentemente lá, durante pelo menos três ou quatro semanas; estavam completamente inalados pela ação da chuva e colados uns aos outros pelo mofo. A grama crescera em torno e por cima de alguns deles. A seda da sombrinha era forte, mas os fios estavam costurados juntos por dentro. A parte superior, onde fora dobrada e enrolada, estava toda molhada e apodrecida, rasgando-se ao ser aberta a sombrinha... Os pedaços de vestido rasgados pelas moitas tinham cerca de três polegadas de largura e seis de comprimento. Uma parte era o debrum do vestido e fora emendado; o outro pedaço fazia parte da saia, mas não era o debrum. Pareciam tiras arrancadas e se achavam na moita de espinheiros a cerca de trinta centímetros de altura do solo... não pode haver dúvida portanto, que o local de tão espantoso ultraje tenha sido descoberto.

Logo depois desta descoberta, novo testemunho apareceu. A Sra. Deluc contou que mantém uma hospedaria à beira da estrada não distante da margem do rio, oposta à Barreira do Roule. Os arredores são desertos, extraordinariamente desertos. E, aos domingos, o ponto de reunião habitual de maus elementos da cidade, cruzam o rio em botes.

Cerca das três horas da tarde do domingo em questão, uma moça chegou à hospedaria, acompanhada por um rapaz moreno. Ficaram os dois ali, durante algum tempo. Ao partir, tomara estrada que leva a uns bosques espessos da vizinhança. A atenção da Sra. Deluc foi despertada pelo vestido usado pela moça, causa da semelhança com o de uma sua parenta já falecida. Reparou particularmente uma charpa. Logo depois da partida do casal, uma quadrilha de malfeitores apareceu, comportou-se ruidosamente, comeu e bebeu sem pagar, e seguiu pelo caminho do rapaz e da moça, voltou à estalagem por volta do crepúsculo e tornou a atravessar o rio como se estivesse com grande pressa. Foi logo depois de escurecer daquela mesma tarde que a Sra. Deluc, bem como seu filho mais velho ouviram gritos de mulher nas vizinhanças da hospedaria. Os gritos foram violentos, mas duraram pouco. A Sra. Deluc reconheceu não somente a charpa que fora encontrada na touceira, mas o vestido descoberto sobre o cadáver. Um condutor de ônibus, Valence, depôs igualmente que vira Maria Roget atravessar o Sena, de barco, no domingo em questão, em companhia dum rapaz moreno. Ele, Valence, conhecia Maria, e não podia enganar-se a respeito de sua identidade. Os objetos encontrados na touceira foram plenamente identificados pelos parentes de Maria.

Esse acervo de depoimentos e informações, por mim mesmo colhido dos jornais, por sugestão de Dupin, abrangia ainda outro ponto, ponto esse, porém, ao que parecia, da mais alta importância. Parece que, imediatamente depois da descoberta das roupas acima descritas, o corpo inanimado, ou quase inanimado, St. Eustache, o noivo de Maria, foi encontrado nas vizinhanças que todos agora supunham ser o local do crime. Um frasco vazio de láudano, etiquetado, foi achado perto dele. Seu hálito denunciava veneno. Morreu sem falar.

Encontrou-se sobre ele uma carta, afirmando, em poucas palavras, seu amor por Maria e seu propósito de suicídio.

Creio que não tenho necessidade de dizer-lhe - falou-me Dupin, ao terminar a leitura de minhas notas - que este é um caso muito mais intrincado do que o da Rua Morgue, do qual difere em um ponto importantíssimo. Este é exemplo de crime ordinário, embora bárbaro. Nele nada há de especificamente outré. Você observará que, por esta razão, o mistério tem sido considerado fácil, quando, por esta mesma razão, deveria ter sido considerado de solução difícil.

Por isso é que, a princípio, se julgou desnecessário oferecer uma recompensa. Os esbirros de G* * * foram capazes de compreender como e porque tal atrocidade podia ter sido cometida. A imaginação deles podia conceber um modo, muitos modos e um motivo, muitos motivos. E porque não fosse impossível que qualquer desses numerosos modos ou motivos fosse o verdadeiro, considerado como provado que um deles devesse ser o verdadeiro. Mas a facilidade com que foram concebidas essas várias fantasias e a verdadeira plausibilidade que cada uma delas assumia deveriam ser entendidas como indicativas mais das dificuldades do que das facilidades ligadas à explicação do enigma.

Tenho por esta razão observado que é pelos cumes, acima do plano ordinário, que a razão tateia seu caminho, se bem que, de qualquer modo, na sua busca da verdade, e em casos tais como esse, a pergunta devida não é tanto "o que ocorreu?", mas "o que ocorreu que nunca antes ocorrera?".

Nas investigações na casa da Sra. L'Espanaye, os agentes de G*** ficaram desencorajados e confusos por aquela verdadeira estranheza que, para uma inteligência devidamente regulada, teria proporcionado o mais seguro prenúncio de êxito; ao passo que este mesmo intelecto poderia ter sido mergulhado em desespero, diante do caráter ordinário de tudo quanto se oferecia aos olhos, no caso da moça da perfumaria e, contudo, nada indicava, a não ser o fácil triunfo, aos funcionários da polícia.

No caso da Sra. L'Espanaye e sua filha, não havia, mesmo no começo de nossa investigação, nenhuma dúvida a respeito da realização ou não do assassinio. A idéia do suicídio foi excluída imediatamente. Aqui, também, estamos libertos, desde o começo, de qualquer suposição de suicídio. O corpo achado na Barreira do Roule foi encontrado em tais circunstâncias que não dão margem a embarço relativo a este ponto importante. Mas foi sugerido que o cadáver descoberto não é o de Maria Roget, pela denúncia de cujo assassino, ou assassinos, foi prometida uma recompensa e a respeito do qual foi combinado com o Chefe de Polícia nosso único arranjo. Ambos nós conhecemos este cavalheiro muito bem. Não devemos fiar-nos por demais nele. Se, datando nossas investigações do encontro do corpo e depois seguindo a pista do criminoso, contudo descobrirmos ser esse corpo de outro indivíduo que não Maria, ou se, partindo de Maria viva, a descobrirmos assassinada, em qualquer dos casos perdemos nosso trabalho, é com o Sr. G*** que temos de lidar. Portanto, para nosso próprio bem, se não para bem da justiça, é indispensável que nosso primeiro passo seja a determinação da identidade do cadáver com a Maria Roget desaparecida.

Para o público, os argumentos de L'Étoile são de peso, e o de que o próprio jornal está convencido de sua importância surge da maneira pela qual ele começa um de seus artigos a respeito: "Diversos matutinos de hoje - diz ele - falam do decisivo artigo de L'Étoile, de domingo." Para mim, esse artigo só parece decisivo quanto ao zelo de seu redator. Devemos recordar-nos de que, em geral, o objetivo de nossos jornais é antes criar uma sensação, lavrar um tento, que favorecer a causa da verdade. Este último fim só é visado quando parece coincidir com os primeiros. O órgão de imprensa que simplesmente se ajusta às opiniões comuns (por mais bem fundadas que possam essas opiniões ser) adquire para si o descrédito da população. A massa popular olha como profundo apenas quem lhe sugere contradições agudas - idéias generalizadas. Na lógica, não menos do que na literatura - é o epigrama que se torna mais imediata e mais universalmente apreciado. E em ambas está na mais baixa ordem de merecimento.

O que eu quero dizer é que o misto de epigrama e melodrama da idéia de que Maria Roget ainda vive, mais do que qualquer verdadeira plausibilidade dessa idéia, foi o que a sugeriu a L'Étoile, e assegurou-lhe favorável acolhimento entre o público. Examinemos

pontos principais do argumento desse jornal, tentando anular a incoerência com que ele desde o início se apresentou.

O primeiro objetivo do autor é mostrar-nos, pela brevidade intervalo entre o desaparecimento de Maria e o encontro do cadáver a flutuar, que tal cadáver não pode ser o de Maria. A redução desse intervalo à dimensão menor possível torna-se assim, imediatamente, uma coisa imprescindível ao argumentador. Na irrefletida procura disso, ele se atira, desde o início, na mera suposição. "Mas é loucura supor que o assassinio, se assassinio foi cometido, pudesse consumir-se bastante cedo para habilitar os assassinos a jogarem o corpo no rio antes da meia-noite." Nós perguntamos logo e muito naturalmente: por quê? Por que será loucura supor que o assassinio tenha sido cometido dentro de cinco minutos, depois que a moça saiu de casa de sua mãe? Por que será loucura pensar que o assassinio tenha sido cometido a qualquer hora do dia? Sucodem-se assassinios a todas as horas. Mas, se o crime se tivesse. realizado, em qualquer momento, entre as nove da manhã de domingo e um quarto antes da meia-noite, ainda haveria tempo bastante para atirar o corpo ao rio, antes da meia-noite. A suposição do jornal, assim, conduz precisamente a isto: a que o assassinio não foi cometido absolutamente no domingo.

E, se permitimos que L'Étoile afirme isto, permitir-lhe-emos todas as liberdades de qualquer espécie.

O parágrafo iniciado "Mas é loucura supor que o assassinio, embora assim apareça impresso em L'Étoile, pode ser imaginado como tendo existido realmente assim no cérebro de seu autor: "É loucura supor que o assassinio, se assassinio foi cometido sobre essa pessoa, poderia ter sido cometido bastante cedo, para capacitar os assassinos a atirarem-lhe o corpo ao rio, antes da meia-noite é loucura; dizemos, supor tudo isso e supor ao mesmo tempo (como estamos resolvidos a supor) que o corpo não foi atirado à água até depois da meia-noite." Sentença suficientemente inconseqüente em si mesma, porém não tão extremamente absurda como a impressa.

Fosse meu propósito - continuou Dupin - simplesmente fazer carga contra esse trecho dos argumentos de L'Étoile e eu poderia muito bem deixá-lo onde está. Não é, contudo, com L'Étoile que temos a tratar, mas com a verdade. A sentença em questão, tal como está, tem apenas um significado e esse eu já estabeleci; é, porém, necessário que vamos por trás das simples palavras buscar uma idéia que essas palavras obviamente pretendiam e não puderam expressar. Era desígnio do jornalista dizer que, a qualquer hora do dia ou da noite de domingo, em que esse crime fosse cometido, era improvável que os assassinos se tivessem aventurado a carregar o cadáver para o rio, antes da meia-noite.

É aí é que está, realmente, a hipótese que censuro. Supõe-se que o assassinio foi cometido em um local tal e sob tais circunstancias que o levar o corpo ao rio se tornou necessário. Ora, o crime pode ter sido cometido na margem do rio, ou sobre o próprio rio. E, dessa forma, atirar o cadáver dentro da água pode apresentar-se a qualquer momento do dia ou da noite como o mais evidente e mais imediato modo de ação. Você compreenderá que nada sugiro aqui como provável, nem como coincidindo com a minha própria opinião; meu objetivo, por enquanto, não se relaciona com os fatos do caso. Simplesmente desejo adverti-lo contra o tom geral da sugestão de L'Etoile, chamando sua atenção para seu caráter parcial, desde o início.

Tendo prescrito assim um limite para acomodar suas próprias opiniões preconcebidas, tendo suposto que, se aquele fosse o cadáver de Maria, apenas poderia ter estado dentro da água por um tempo muito curto, o jornal continua dizendo: Toda a experiência demonstra que os afogados, ou atirados dentro da água logo depois de uma morte

violenta, exigem de seis a dez dias a fim de que se produza a decomposição suficiente para trazê-los à tona da água. Mesmo quando se dá um tiro de canhão sobre o local onde o cadáver se encontra e esse vem à tona antes de, pelo menos, cinco ou seis dias após a imersão, afundar-se-á de novo, se abandonado a si mesmo.

Tais asseverações foram tacitamente aceitas por todos os jornais de Paris, com exceção de Le Moniteur. Este último órgão tentou combater a parte do artigo que se refere a corpos afogados somente citando uns cinco ou seis exemplos em que os corpos de indivíduos que se sabiam afogados foram achados flutuando depois de decorrido menos tempo do que o fixado por L'Étoile. Mas há algo excessivamente não racional na tentativa, por parte de Le Moniteur de refutar a asserção geral de L'Étoile, com uma citação de casos particulares que vão de encontro a essa asserção. Tivesse sido possível aduzir cinqüenta em vez de cinco exemplos de corpos encontrados a flutuar no fim de dois ou três dias, esses cinqüenta exemplos ainda poderiam ser encarados legitimamente só como exceções à regra de L'Étoile, até que a própria regra pudesse ser refutada

Admitida a regra (e esta Le Moniteur não nega, insistindo meramente sobre as exceções), o argumento de L'Étoile permanece em plena força; porque esse argumento não intenta envolver mais do que a questão da probabilidade de haver o corpo subido à superfície em menos de três dias; e esta probabilidade estará em favor da posição de L'Étoile até que os casos tão puerilmente aduzidos sejam em número suficiente para estabelecer uma regra antagônica.

Você verá logo que todo argumento quanto a esse ponto deveria ser atirado, de qualquer modo, contra a própria regra. E para esse fim devemos examinar o rationale da regra. Ora, o corpo humano em geral, não é muito mais leve nem muito mais pesado do que água do Sena; isto é, a gravidade específica do corpo humano, era sua condição natural, é quase igual à massa de água doce que ele desloca. Os corpos das pessoas gordas e carnudas, de ossos pequenos, e os das mulheres, geralmente, são mais leves do que os das pessoas magras, de ossos compridos, e os dos homens; e a gravidade específica da água de um rio é um tanto influenciada pela presença do fluxo marítimo. Mas, deixando a maré de parte, pode-se dizer que muito poucos corpos humanos se afundarão completamente mesmo na água doce, por si mesmos. Quase todos, caindo num rio serão capazes de flutuar, se deixam que a gravidade específica da água perfeitamente se coloque em equilíbrio com a sua própria isto é, se suportam que sua pessoa fique imersa inteiramente, com a mínima exceção possível. A posição mais conveniente para quem não sabe nadar é a posição ereta de quem anda em terra, com cabeça completamente atirada para trás e imersa, só permanecendo à tona a boca e as narinas. Em tais circunstâncias, acharemos que flutuamos sem dificuldade e sem esforço. E evidente, contudo, que as gravidades do corpo e da massa de água deslocada são muito delicadamente equilibradas, e que uma ninharia pode fazer com que uma delas predomine. Um braço, por exemplo, erguido fora da água e assim privado de seu suporte equivalente, é um peso adicional suficiente para imergir toda a cabeça, ao passo que a ajuda casual do menor pedaço de madeira habilitar-nos-á a elevar a cabeça, para olhar em derredor. Ora, nos esforços de alguém não acostumado a nadar os braços são invariavelmente atirados para o alto, ao mesmo tempo que se faz uma tentativa para conservar a cabeça em sua habitual posição perpendicular. O resultado é a imersão da boca e das narinas, e a introdução de água nos pulmões durante os esforços para respirar, enquanto sob a superfície.

Muita água é também recebida pelo estômago e o corpo inteiro se torna mais pesado, dada a diferença entre o peso do ar que primitivamente distendia aquelas cavidades e o do fluido que então as enche. A diferença é suficiente para levar o corpo a afundar-se, como regra geral; mas é insuficiente no caso de indivíduos de ossos pequenos e anormal quantidade de matéria flácida ou gorda. Tais indivíduos flutuam mesmo depois de afogados. Supondo-se que o cadáver esteja no fundo do rio, ele ali permanecerá até que,

por algum meio, sua gravidade específica de novo se torne menor do que a do volume de água que ele desloca. Este efeito é provocado quer pela decomposição, quer por outro meio. O resultado da decomposição é a geração de gás, que distendem os tecidos celulares e todas as cavidades e dá ao cadáver o aspecto de inchado, que é tão horrível. Quando essa distensão se avolumou de modo que o volume do cadáver é sensivelmente aumentado sem correspondente aumento da massa ou peso, sua gravidade específica torna-se menor do que a da água deslocada e ele aparece imediatamente à superfície. Mas a decomposição é modificada por inúmeras circunstâncias, é apressada ou retardada por inúmeros agentes. Por exemplo, pelo calor ou pelo frio da estação, pela impregnação mineral ou pureza da água, pela sua maior ou menor profundidade, pela correnteza ou estagnação, pela temperatura do corpo, pela sua infecção, ou ausência de doença antes da morte.

Assim é evidente não podemos marcar tempo, com exatidão, para que o cadáver se eleve, em consequência da decomposição. Sob certas circunstância esse resultado poderá processar-se dentro de uma hora; sob outras, pode não se realizar de modo algum. Há infusões químicas por meio das quais o sistema animal pode ser preservado para sempre da corrupção. O bicloreto de mercúrio é uma delas. Mas, separadamente da decomposição, pode haver, e geralmente há, uma geração de gás dentro do estômago, pela fermentação acética de matérias vegetais (ou dentro de outras cavidades e por outras causas), suficiente para originar uma distensão que trará o corpo à tona. O efeito produzido pelo tiro dum canhão é o de simples vibração. Pode fazer o cadáver desprender-se da lama mole, ou da vasa em que está atolado, permitindo assim que ele se eleve, quando outros agentes já o prepararam para assim fazer; ou pode vencer a tenacidade de algumas porções putrescentes do tecido celular, permitindo que as cavidades se distendam sob a influência do gás.

Tendo dessa forma diante de nós toda a filosofia do caso, podemos facilmente verificar por ela as asserções de L'Étoile:

Toda a experiência demonstra que os afogados, ou atirados dentro da água logo depois de uma morte violenta, exigem de seis a dez dias a fim que se produza a decomposição suficiente para trazê-los à tona da água. Mesmo quando se dá um tiro de canhão sobre o local onde o cadáver se encontra e esse vem à tona antes de, pelo menos, cinco ou seis dias após a imersão, afundar-se-á de novo, se abandonado a si mesmo.

Todo esse parágrafo deve agora parecer como uma trama de inconseqüência e incoerência. A experiência não mostra que corpos afogados requerem de seis a dez dias para que uma suficiente decomposição se realize para trazê-los à tona da água. Mas a ciência e a experiência mostram que o período de sua imersão é, e deve necessariamente ser, indeterminado. Se, além disso, um corpo em emergiu em consequência dum tiro de canhão, ele não afundará novo "se abandonado a si mesmo", até que a decomposição tenha aumentado a tal ponto que permita o escapamento dos gases gerados. Mas desejo chamar-lhe a atenção para a distinção que é fiel entre corpos afogados e corpos "atirados dentro da água logo depois de uma morte violenta". Se bem que o escritor admita a distinção, inclui, no entanto, a todos na mesma categoria. Demonstrei como acontece que o corpo de um homem que se afoga se torna especificamente mais pesado do que seu volume de água, e que ele não afundará absolutamente, a não ser que lute, elevando os braços acima da superfície da água, e faça esforços para respirar, enquanto se acha debaixo da água, esforços que substituem por água o lugar do ar nos pulmões.

Mas esta luta e estes esforços não ocorrem nos corpos "atirados dentro da água logo depois de uma morte violenta". De modo que, neste último caso, o corpo, em regra geral, não afundará absolutamente - fato que L'Étoile evidentemente ignora.

Quando a decomposição alcançou ponto bem adiantado, quando a carne já se despregou dos ossos em grande parte, então, de fato, mas não até então, nós vemos o cadáver desaparecer.

E agora, que faremos com o argumento de não poder ser o corpo encontrado o de Maria Roget, porque foi achado boiando apenas passados três dias? Por ser mulher, se foi afogada jamais poderia ter afundado; ou se afundou, podia ter reaparecido dentro de vinte e quatro horas, ou menos. Mas ninguém supõe que ela tenha sido afogada; e, estando morta antes de ser lançada dentro do rio, poderia ter sido achada boiando em não importa qual outra época posterior. Mas, diz L'Étoile:

Se o corpo tivesse sido conservado sobre a praia, em seu estado de mutilação, até a noite de terça-feira, algum traço dos assassinos se encontraria na margem. É difícil perceber aqui, a princípio, a intenção do raciocinador. Procura antecipar o que imagina que poderia ser uma objeção à sua teoria, a saber, que o corpo foi conservado na praia dois dias, sofrendo rápida decomposição - mais rápida do que se estivesse mergulhado na água. Supõe que, se tivesse sido esse o caso, o corpo deveria ter aparecido à superfície na quarta-feira, e pensa que só sob tais circunstâncias ele poderia ter assim aparecido. Em consequência ele se apressa em mostrar que o corpo não estava colocado na praia, porque, se estivesse, "algum traço dos assassinos se encontraria na margem". Presumo que você há de sorrir com o que se segue. Você não pode ver como a estada apenas do corpo na praia poderia atuar para multiplicar sinais dos assassinos. Nem eu.

Continua o jornal:

...E, mais ainda, é enormemente improvável que quaisquer criminosos que tenham cometido o assassinio, como aqui se supõe, tivessem atirado o cadáver na água sem um peso para afundá-lo, quando tal precaução facilmente poderia ter sido tomada.

Observe aqui a risível confusão de idéias! Ninguém, nem mesmo L'Étoile, discute o fato de ter sido o assassinio cometido no corpo encontrado. Os sinais de violência são evidentes demais. O objetivo do nosso argumentador é simplesmente mostrar que esse cadáver não é o de Maria. Deseja provar que Maria não foi assassinada, e que o cadáver não o foi. Sua observação, contudo, só demonstra esse último ponto. Lá está um cadáver sem um peso ligado a ele.

Os assassinos, ao atirá-lo, não teriam deixado de prender-lhe um peso. Por conseguinte, ele não foi lançado ao rio por assassinos. Isso é tudo o que fica provado, se alguma coisa fica. A questão da identidade nem é afluída e L'Étoile deu-se a grandes trabalhos unicamente para desmentir agora o que era admitido apenas um momento antes. "Estamos convencidos - diz o jornal - de que o corpo encontrado era o de uma mulher assassinada."

Esta não é a única ocasião, mesmo nesta parte de seu assunto, em que o nosso raciocinador inconsideradamente raciocina contra si mesmo. Seu objetivo evidente, já eu o disse, é reduzir, tanto quanto possível o intervalo entre o desaparecimento de Maria e o encontro do cadáver. Entretanto, vemo-lo insistindo sobre o ponto de que ninguém viu a moça desde que ela deixou a casa de sua mãe.

Ora, embora não tenhamos provas - diz ele - de que Maria Roget se achasse no mundo dos vivos no domingo 22 de junho, depois das nove horas, temos prova de que até aquela hora ela estava viva." Como seu argumento é obviamente parcial, ele pelo menos poderia ter deixado esse assunto de parte; pois, se soubesse de alguém que tivesse visto Maria, digamos, na segunda ou na terça-feira, o intervalo em apreço teria sido muito reduzido e,

de acordo com seu próprio raciocínio, muito diminuída estaria a probabilidade de ser o cadáver o da grisette.

Não obstante, é divertido observar que L'Étoile insiste sobre esse ponto na plena crença de que isso auxiliará seu argumento geral. Volte a examinar agora aquela parte do argumento que se refere identificação do corpo por Beauvais. Em relação ao cabelo nos braços, L'Étoile foi evidentemente de má-fé. Não sendo um idiota, Sr. Beauvais nunca podia ter apresentado, como identificação do cadáver, apenas o cabelo em seu braço. Não há braço sem cabelo. Generalidade da expressão de L'Étoile é uma simples perversão da fraseologia da testemunha. Ele devia ter falado de alguma peculiaridade nesse cabelo. Devia ter sido uma peculiaridade de cor, quantidade, de comprimento ou de posição.

Diz o jornal: "Seu pé era pequeno. Assim são milhares de pés. Suas ligas não provam também coisa alguma, nem seus sapatos pois sapatos e ligas são vendidos aos fardos. O mesmo se podia dizer das flores de seu chapéu. Uma coisa sobre a qual o Sr. Beauvais insiste fortemente é que a fivela encontrada na liga tinha sido puxada para trás, para apertá-la. Isso a nada conduz, pois a maior parte das mulheres acha mais conveniente levar um par ligas para casa e adaptá-las ao tamanho das pernas que deve prender do que experimentá-las nas lojas em que as compram.

É difícil aqui supor que o raciocinador esteja falando sério. Tivesse o Sr. Beauvais, na procura do corpo de Maria, descoberto um cadáver correspondendo no tamanho geral e no aspecto ao da moça desaparecida, estaria autorizado (sem referência absolutamente à questão de traje) a formar uma opinião de que sua pesquisa fora bem sucedida. Se, em adendo ao ponto do tamanho geral e do contorno, tivesse encontrado no braço um característico aspecto piloso que observara antes em Maria quando viva, sua opinião podia ter sido justamente fortalecida; e o aumento de positividade podia ter estado na razão da peculiaridade, ou raridade, da marca de cabelo. Se, sendo pequenos os pés de Maria, fossem também pequenos os do cadáver, o aumento de probabilidade de que o corpo fosse o de Maria não seria um aumento em razão simplesmente aritmética, mas em razão altamente geométrica, ou acumulativa. Acrescentam-se a tudo esses sapatos iguais aos que se sabia ter ela usado durante ou no dia de sua desapareição, e, embora esses sapatos pudessem ser "vendidos aos fardos", a probabilidade aumenta, a ponto de chegar aos limites da certeza. O que por si mesmo não seria prova de identidade torna-se através de sua posição corroborativa a mais segura prova. Dêem-nos então flores no chapéu iguais às usadas pela moça desaparecida e nada mais buscaremos. Bastaria uma flor para não procurarmos mais nada, mas que dizer quando se trata de duas, ou três, ou mais? Cada flor sucessiva é uma prova múltipla, prova não somada à prova, mas multiplicada por centenas ou milhares de vezes.

Descubramos agora na vitima ligas iguais às usadas pela viva e é quase loucura prosseguir. Mas descobre-se que essas ligas estavam apertadas pelo repuxamento de uma fivela de maneira igual às de Maria, pouco antes de deixar sua casa. É agora loucura ou hipocrisia duvidar. O que L'Étoile diz a respeito de ser esse encurtamento das ligas uma ocorrência não rara, isto é, habitual, nada mais mostra do que sua própria pertinácia no erro. A natureza elástica de uma liga de fivela é a própria demonstração da raridade do encurtamento. O que é feito para ajustar-se por si mesmo só deve por necessidade requerer ajustamento estranho raramente. Deve ter sido por acaso, no seu estrito sentido, que essas ligas de Maria necessitaram do encurtamento descrito. Só elas teriam amplamente estabelecido a identidade da moça.

Mas não sucede que se encontrou o cadáver com as ligas da moça desaparecida, ou com seus sapatos, ou seu chapéu, ou as flores de seu chapéu, ou seus pés, ou uma marca característica no braço, ou seu tamanho geral e aspecto; acontece que o cadáver tinha cada uma dessas coisas e todas coletivamente. Se se pudesse provar que o diretor de

L'Étoile entretinha realmente uma dúvida nestas circunstâncias, não haveria necessidade, no seu caso, de uma comissão de lunático inquirindo. Julgou ele coisa sagaz repetir as conversinhas dos advogados, que, pela maior parte, se contentam em repetir os preceitos retangulares dos tribunais.

Eu desejaria observar aqui que muito do que é rejeitado como prova de um tribunal é a melhor evidência para a inteligência. Porque o tribunal, guiando-se pelos princípios gerais de prova - os princípios reconhecidos e livrescos - mostra-se adverso a inclinar-se em favor de provas particulares. E esta firme adesão aos princípios, com severo desprezo da exceção contraditória, é maneira segura de atingir o máximo de verdade atingível em uma longa consequência de tempo. A prática, em massa, é, por isso, filosófica, não é menos certo que engendra vasto erro individual.

A respeito das insinuações levantadas contra Beauvais, você poderia desfazê-las com um sopro. Você já sondou o verdadeiro caráter desse bom cavalheiro. É um enxerido, com muito de romance e de juízo. Qualquer pessoa assim constituída prontamente se conduzirá dessa maneira em qualquer ocasião de excitação real, tornando-se passível de suspeita por parte dos ultra perspicazes ou mal-intencionados. O Sr. Beauvais, como aparece em suas notas, teve algumas entrevistas pessoais com o diretor de L'Étoile e ofendeu-o, aventurando uma opinião de que o cadáver, não obstante a teoria do diretor, era, sem dúvida alguma, o de Maria. "Ele persiste - diz o jornal - em asseverar que o corpo é o de Maria, mas não apresenta uma circunstância, em adendo àquelas que já temos comentado, para fazer os outros acreditarem." Ora, sem nos referirmos novamente ao fato de que a mais forte prova "para fazer para fazer os outros acreditarem" nunca poderia ter sido aduzida, podemos notar que um homem muito bem pode ser induzido a acreditar em um caso dessa espécie, sem a habilidade de apresentar uma única razão para que um segundo grupo o acredite.

Nada é mais vago que as impressões sobre a identidade individual. Cada homem reconhece seu vizinho, contudo há poucos exemplos em que alguém esteja preparado para dar a razão desse reconhecimento. O diretor de L'Étoile não tinha direito de considerar-se ofendido pela crença desarrazoada do Sr. Beauvais.

As circunstâncias suspeitas que o cercam acham-se muito mais condizentes com minha hipótese de enxerimento romântico do que com a sugestão de culpa do raciocinador. Uma vez adotada a interpretação mais caridosa, não acharemos dificuldade em compreender a rosa no buraco da fechadura; o "Maria" sobre a ardósia; e "empurrou do caminho os parentes masculinos"; a "grande aversão permitir que os parentes vejam o cadáver"; a advertência feita a Sra. B*** de que ela, Sra. B***, nada devia dizer ao gendarme até que ele, Beauvais, voltasse, deixando o negócio por sua conta. E finalmente sua aparente determinação de que "ninguém poderia imiscuir-se no inquérito, a não ser ele". Parece-me fora de questão que Beauvais era apaixonado por Maria, que ela o namorava; que sua ambição era fazer crer que gozava da mais completa intimidade e confiança dela.

Não direi mais coisa alguma a respeito deste ponto. E como o inquérito plenamente repele a asserção de L'Étoile referente à questão da apatia por parte da mãe e outros parentes - apatia inconsistente com a suposição de acreditarem eles que o cadáver fosse o da moça da perfumaria - continuaremos agora como se a questão de identidade estivesse plenamente estabelecida.

- E - perguntei eu aqui - que pensa você das opiniões de Le Commercial?

- Que, por natureza, são muito mais dignas de atenção do que qualquer outra já publicada sobre o assunto. As deduções das premissas são filosóficas e agudas. Mas as premissas, em dois exemplos, pelo menos, estão baseadas sobre observação imperfeita. Le

Commerciel deseja insinuar que Maria foi agarrada por alguma quadrilha de rufiões ordinários, não longe da porta da casa de sua mãe.

É impossível - insiste ele - que uma pessoa tão bem conhecida por milhares de pessoas como a jovem em apreço era tenha passado por três quarteirões sem que ninguém a tenha visto. Esta é a idéia de um homem há muito residente em Paris, um homem público, e alguém cujos passeios para lá e para cá pela cidade têm-se limitado, na maioria, às vizinhanças das repartições públicas. Ele sabe que ele mesmo raramente anda mais de doze quarteirões, desde seu próprio bureau, sem ser reconhecido e abordado.

E, sabendo da extensão de seu conhecimento pessoal com os demais e dos outros com ele, compara sua celebridade com a da moça da perfumaria, não encontra grande diferença entre elas e chega imediatamente à conclusão de que ela, em seus passeios, seria igualmente capaz de ser reconhecida como ele nos seus. Tal só poderia ser o caso se passeios dela fossem do mesmo caráter invariável e metódico e dentro das mesmas espécies de região limitada como são os dele. E ainda para lá e para cá, a intervalos regulares, dentro de uma periferia limitada, cheia de indivíduos levados a observar-lhe a pessoa, pelo interesse da afinidade natural de sua ocupação com a deles próprios.

Mas os passeios de Maria podem ser tidos, em geral, como sem rumo certo. Neste caso particular, pode-se compreender, como mais provável que ela tomou um caminho mais do que de hábito diferente dos seus passeios comuns. O paralelo, que imaginamos ter existido no pensamento de Le Commerciel, só poderia ser sustentado no caso de dois indivíduos atravessando a cidade inteira. Neste caso, admitindo-se que as relações pessoais de cada um sejam numericamente equivalentes, as oportunidades seriam também iguais de que o mesmo número de encontros pessoais se realizasse. No que a mim toca, eu tomaria não só como possível, mas como bem mais provável, que Maria pudesse ter seguido em qualquer dado momento por qualquer um dos muitos caminhos entre sua própria residência e a de sua tia sem encontrar uma só pessoa a quem conhecesse ou por quem fosse reconhecida. Encarando essa questão em sua plena e devida luz, devemos manter firmemente no espírito a grande desproporção entre as relações pessoais do até mesmo mais conhecido sujeito de Paris e a inteira população da própria Paris.

Mas seja qual for a força que possa ainda parecer haver na sugestão de Le Commerciel, será ela muito diminuída quando tomarmos em consideração a hora em que a moça saiu. "Ela saiu quando estavam cheias de gente..." - diz Le Commerciel. Mas não foi tal. Eram nove horas da manhã. Ora, às nove horas de todas as manhãs durante a semana, com exceção do domingo, as ruas da cidade estão, é verdade, apinhadas de gente. As nove de domingo, a população acha-se principalmente dentro de casa, preparando-se para ir à igreja. Nenhuma pessoa observadora pode ter deixado de notar o ar caracteristicamente deserto da cidade, desde cerca das oito às dez da manhã de cada domingo. Entre dez e onze as dez e onze as ruas estão repletas, mas não a uma hora tão cedo como a designada.

Há outro ponto em que parece haver deficiência de observação da parte de Le Commerciel. "Um pedaço - diz ele - de um dos vestidos da infortunada moça, de sessenta centímetros de comprimento e trinta de largura, fora arrancado e amarrado sob seu queixo atando-se na nuca, provavelmente para impedir gritos. Isso foi feito por sujeitos que não tinham lenços de bolso." Se esta idéia está ou não bem fundamentada tentaremos ver em seguida; mas por que não tinham lenços no bolso" o diretor entende a mais baixa classe de rufiões. Estes, porém, são os próprios tipos de gente que sempre têm lenços, mesmo quando destituídos de camisa. Você deve ter tido ocasião de observar quão absolutamente indispensável, nos últimos anos, se tornou o lenço de bolso para os perfeitos capadócios.

E que devemos pensar - perguntei - do artigo publicado Le Soleil? Que grande pena que seu redator não tenha nascido papagaio, Em tal caso teria sido ele o mais ilustre papagaio de sua raça. Repetiu simplesmente os pormenores individuais das opiniões já publicadas, reunindo-as, com louvável habilidade, dum jornal e doutro . "Os objetos - diz ele - ficaram evidentemente lá, pelo menos três ou quatro semanas"; não pode haver dúvida que o local de tão espantoso ultraje tenha sido descoberto. Os fatos aqui reafirmados por Le Soleil estão bem longe, de fato, de desfazer minhas dúvidas sobre esse assunto, e teremos de examiná-los mais detidamente adiante, em suas relações com outra parte da questão.

Presentemente, devemos ocupar-nos com outras investigações. Você não pode ter deixado de notar a extrema negligência no exame do cadáver. De certo, a questão da identidade foi prontamente minada, ou deveria ter sido; mas havia outros pontos a serem verificados. Tinha sido o corpo de alguma maneira despojado? Levava a morta consigo algumas jóias, ao sair de casa? Em caso afirmativo tinha ela alguma quando foi encontrada? Estas são questões importantes, absolutamente negligenciadas pelo inquérito. E há outras de igual valor que não mereceram atenção. Tentaremos satisfazer por meio duma investigação pessoal.

O caso de St. Eustache deve ser novamente examinado. Não tenho suspeitas contra esse indivíduo. Mas procedamos com método. Verificaremos, com todo o escrúpulo, a validade de seus atestados a respeito de seu paradeiro no domingo. Atestados dessa natureza, tornam-se prontamente objeto de mistificação. Se nada encontrarmos de suspeito aqui, afastaremos St. Eustache de nossas investigações. Seu suicídio, porém, corroborativo de suspeita, no caso de se descobrir falsidade nos atestados, não é, sem tal falsidade de modo algum uma circunstância inexplicável, ou que deva fazer-nos desviar da linha da análise ordinária.

Nisto que eu agora proponho, afastaremos os pontos interiores desta tragédia, e concentraremos nossa atenção sobre seus contornos exteriores. É erro comum, em investigações como esta, limitar a pesquisa ao imediato, com total desprezo pelos acontecimentos colaterais ou circunstâncias. É mau costume dos tribunais confinar a instrução e discussão nos limites de relevância aparente. Contudo a experiência tem mostrado e uma verdadeira filosofia sempre mostrará que uma vasta e talvez a maior porção de verdade brota das coisas aparentemente irrelevantes. E pelo espírito desse princípio se não precisamente pela sua letra, que a ciência moderna tem resolvido calcular sobre o imprevisito. Mas talvez você não me compreenda. A história do conhecimento humano tem tão ininterruptamente mostrado que devemos aos acontecimentos colaterais, fortuitos ou acidentais as mais numerosas e as mais valiosas descobertas que se tornou afinal necessário, na perspectiva do progresso vindouro, fazer não somente grandes, mas as maiores concessões às invenções que surgem por acaso, e completamente fora das previsões ordinárias. Já não é filosófico basear-se sobre o que tem sido uma visão do que deve ser. O acidente é admitido como uma das subestruturas. Fazemos do acaso matéria de cálculo absoluto. Sujeitamos o inesperado e o inimaginado às fórmulas matemáticas das escolas . Repito que é fato positivo que a maior parte de toda a verdade tem nascido dos fatos secundários e é simplesmente em acordo com o espírito do princípio implicado neste fato que eu gostaria de desviar o inquérito no presente caso, do terreno já palmilhado e até agora infrutífero do próprio acontecimento para o das circunstâncias contemporâneas que o rodeiam.

Enquanto você verificar a validade dos atestados, examinarei os jornais de maneira mais geral "do que você até agora tem feito. Até aqui temos apenas feito o conhecimento do campo de investigação; mas será estranho, de fato , se um exame compreensivo, tal como proponho, dos jornais públicos não nos proporcione algumas pequenas informações, que estabelecerão uma direção para o inquérito.

De acordo com a sugestão de Dupin, fiz escrupuloso exame do caso dos atestados. O resultado foi uma firme convicção de sua validade e da conseqüente inocência de St. Eustache. Entrementes, ocupava-se, com o que parecia ser para mim uma minúncia totalmente supérflua, em examinar rigorosamente as coleções dos diversos jornais. No fim duma semana, colocou diante de mim recortes:

Há cerca de três anos e meio, uma agitação bem semelhante à atual foi causada pelo desaparecimento dessa mesma Maria Roget da perfumaria do Sr. Le Blanc, no Palais Royal. No fim duma semana, porém, ela reapareceu no seu balcão costumeiro, tão bem como sempre, com exceção duma leve palidez não de todo habitual. Foi declarado pelo Sr. Le Blanc e por sua mãe que ela estivera simplesmente de visita a alguma amiga no interior e prontamente esquecido. Presumimos que a presente ausência é um capricho da mesma espécie e que, expirado o prazo duma semana, ou talvez um mês, tê-la-emos entre nós de novo.

Um Jornal da noite de ontem refere-se a uma antiga desapareição misteriosa da Srta Roget. É bem sabido que durante a semana de sua ausência da perfumaria de Le Blanc, achava-se ela na companhia dum jovem oficial de marinha, muito conhecido pela sua devassidão. Uma briga, supõe-se, providencial foi causa de sua volta para casa. Sabemos o nome do libertino em questão, o qual se acha atualmente colocado em Paris, mas por evidentes razões, abtemo-nos de torná-lo público.
(Le Mercurie , terça -feira de manhã, 24 de junho.)

Um crime da espécie mais atroz foi perpetrado perto desta cidade, antes de ontem. Um cavalheiro, com sua mulher e sua filha, ao cair da noite, alugou os serviços de seis rapazes que estavam ociosamente remando em um bote, para cá e para lá, perto das margens do Sena, a fim de atravessá-lo. Ao alcançar a margem oposta, os três passageiros saltaram em terra e já se tinham afastado do barco, a ponto de perdê-lo de vista, quando a filha descobriu que havia deixado nele sua sombrinha. Voltou para buscá-la, foi agarrada pela quadrilha, carregada sobre o rio, amordaçada, brutalmente tratada e, finalmente, levada para a margem a um ponto Não longe daquele onde havia anteriormente entrado no barco com seus pais. Os canalhas escaparam no momento, mas a polícia já se encontra em sua pista e qualquer deles será apanhado dentro em breve.

(Morning Paper, 25 de junho)

Recebemos uma ou duas comunicações cuja finalidade é atribuir a Mennais o crime atroz há pouco cometido. Mas como esse cavalheiro foi plenamente absolvido por um inquérito legal, e como os argumentos de numerosos correspondentes parecem ser mais cheios de zelo que de profundidade, achamos não ser aconselhável torná-los públicos.

(Morning Paper, 28 de junho)

Recebemos numerosas comunicações , redigidas com energia e aparentemente de várias procedências e que levam a aceitar como coisa certa que a Maria Roget veio a ser vítima de um dos numerosos bandos de malfeitores que infestam os arredores da cidade, aos domingos. Nossa própria opinião é decididamente a favor dessa hipótese. Trataremos proximamente de expor aqui alguns desses argumentos.

(Evening Paper,(22) 30 de junho)

Segunda-feira, um dos bateleiros ligados ao serviço fiscal viu um bote vazio descendo a correnteza do Sena. As velas jaziam no fundo do barco. O bateleiro rebocou-o até o

escritório de navegação . Na manhã seguinte, foi tirado dali, sem o conhecimento de qualquer dos empregados. O leme ficou no escritório de navegação.
(Le Diligence,(23) quinta-feira, 26 de junho)

Depois de ler estes vários recortes, não somente me pareceram sem importância como também não consegui arranjar modo de relacioná-los com o assunto em questão. Esperava uma explicação qualquer de Dupin.

- Não é intenção minha atual - disse ele - morar em cima do primeiro e do segundo desses recortes. Copiei-os principalmente para mostrar-lhe a extrema negligência da polícia, que, a acreditar no que disse o Chefe de Polícia, não se inquietou, de modo algum em interrogar o oficial de marinha a que ali se alude. Entranto seria loucura dizer que entre a primeira e a segunda desapareição de Maria não exista uma provável relação. Admitamos que a primeira fuga tenha resultado em briga entre os dois namorados, com a volta para casa da moça traída. Estamos agora preparados para examinar uma segunda fuga (se sabemos que se realizou uma fuga de novo), como indicativa duma renovação de tentativas por parte do traidor, mais do que como o resultado de novas propostas parte dum segundo indivíduo - estamos preparados a encará-la como uma "volta às boas" do velho amor, em vez de o começo de outro.

As probabilidades são de dez para um de que aquele que outrora fugira com Maria propusera nova fuga, em vez de ser Maria, a quem tinham sido feitas propostas de uma fuga, por um indivíduo, quem as aceitara desse outro. E aqui deixe-me chamar-lhe a atenção para o fato de ser o tempo decorrido entre a primeira fuga conhecida e a segunda fuga suposta de poucos meses mais do que a duração geral dos cruzeiros de nossos navios de guerra. Teria sido o amante interrompido na sua primeira infâmia pela necessidade de partir para bordo e aproveitou a primeira oportunidade de seu regresso para renovar as vis tentativas ainda não de todo realizadas - ou não ainda de todo realizadas por ele?

De todas essas coisas, nada sabemos. Você dirá, porém, que, no segundo caso não houve fuga, como imaginamos. Certamente que não. Mas estamos preparados para dizer que não houve o desígnio frustrado?

Além de St. Eustache, e talvez Beauvais, não encontramos namorados de Maria, reconhecidos, declarados, respeitáveis. De nenhum outro se falou coisa alguma. Qual é, então, o amante secreto de quem os parentes (pelo menos a maior parte deles) nada sabem, mas com quem Maria se encontra no domingo de manhã, e que goza tão profundamente de sua confiança que ela não hesita em permanecer com ele, até caírem as sombras da noite, entre os pequenos bosques solitários da Barreira do Roule? Quem é esse amante oculto, pergunto eu, de quem, pelo menos, a maior parte dos parentes nada sabe? E que significa a singular profecia da Sra. Roget, na manhã da partida de Maria: "Receio que jamais verei Maria de novo "?

Mas se não podemos imaginar a Sra. Roget informada do desígnio de fuga, não poderemos pelo menos supor que essa fosse a intenção da moça? ao sair de casa, deu ela a entender que ia fazer uma visita a sua tia, na Rua dos Drômes, e St. Eustache foi encarregado de ir buscá-la ao escurecer. Ora, à primeira vista, este fato milita fortemente contra minha sugestão, mas reflitamos. Que ela tenha encontrado algum companheiro, que tenha atravessado com ele o rio, alcançando a Barreira do Roule a uma hora já bastante avançada, pois eram três horas da tarde, é sabido. Mas consentindo assim em acompanhar esse indivíduo (com uma intenção qualquer, conhecida ou desconhecida por sua mãe), devia ela ter pensado na intenção que havia exprimido ao sair de casa, e na surpresa e na suspeita despertadas no coração de seu noivo, St. Eustache, quando, indo procurá-la, à hora combinada, na Rua dos Drômes, descobrisse que ela não estivera ali, e

quando, além disso, de volta à pensão, com esta alarmante informação, viesse a saber que ela continuava ausente de casa. Ela deveria ter pensado nestas coisas, digo eu. Ela deve ter previsto o pesar de St. Eustache, a suspeita de todos. Podia não ter pensado em voltar, para enfrentar essa suspeita; mas a suspeita torna-se para ela um ponto de importância insignificante, se supusermos que não era intenção sua voltar.

Podemos imaginá-la pensando desta forma: "Vou encontrar-me com certa pessoa, a fim de fugirmos, ou para certos outros fins conhecidos somente de mim mesma. É necessário que não haja possibilidade de interrupção - devemos ter bastante tempo para escapar a qualquer perseguição - darei a entender que irei passear o dia todo com minha tia, na Rua dos Drômes. Direi ao St. Eustache que só vá buscar-me ao anoitecer - desta forma, minha ausência de casa, pelo maior tempo possível, sem causar suspeita ou apreensão, poderá explicar-se, e ganharei mais que de qualquer outra maneira. Se peço a St. Eustache para ir buscar-me ao anoitecer, certamente ele não irá antes disso; mas se me esqueço completamente de pedir-lhe que me vá buscar, meu tempo para a fuga diminuirá, desde que é de esperar que eu volte mais cedo e minha ausência, mais cedo ainda, despertará inquietação. Ora, se fosse intenção minha voltar de qualquer modo, se tivesse em vista um simples passeio com o indivíduo em questão, não seria de boa política pedir a St. Eustache para ir buscar-me, pois, indo, descobriria, com toda a certeza, que eu o havia enganado, fato que poderia conservá-lo para sempre na ignorância, deixando a casa, sem notificá-lo de minha intenção, voltando antes do escurecer e contando então que estivera de visita à minha tia, na Rua Drômes. Mas, como é intenção minha jamais voltar, ou não voltar durante algumas semanas, ou só voltar depois que certas coisas possam ficar ocultas, ganhar tempo é o único ponto a respeito do qual tenho necessidade de preocupar-me."

Você deve ter observado, em suas notas, que a opinião mais geral em relação a este triste caso, é, e foi desde o começo, que a moça foi vítima dum bando de malfeitores. Ora, a opinião popular sob certas condições, não merece ser desprezada. Quando surge por si mesma, quando se manifesta de maneira estritamente espontânea devemos encará-la como análoga àquela intuição, que é a disposição temperamental do homem de gênio. Em noventa e nove por cento, dos casos, eu me aterei às suas decisões. Mas é importante que não encontremos traços palpáveis de sugestão. A opinião deve ser rigorosamente a própria opinião do público; e a distinção é muitas vezes excessivamente difícil de perceber e de manter. No caso presente, parece-me que esta "opinião pública", a respeito duma quadrilha, tem sido induzida pelo acontecimento paralelo, relatado no terceiro de meus recortes.

Toda Paris está excitada pela descoberta do cadáver de Maria, uma jovem bela e conhecida. Esse cadáver é encontrado, acusando sinais de violência, e boiando no rio. Mas se torna então conhecido que na mesma ocasião, ou quase na mesma ocasião em que se supõe que a moça tenha sido assassinada, um crime de semelhante natureza ao sofrido pela morta, embora de menor repercussão, foi perpetrado por uma quadrilha de jovens rufiões, na pessoa duma segunda jovem.

É, de surpreender que o primeiro crime conhecido tenha influído no julgamento popular a respeito do outro desconhecido? Este julgamento aguardava uma direção e o crime conhecido parecia tão oportunamente proporcioná-la! Maria também foi encontrada no rio e nesse mesmo rio foi cometido o crime conhecido. A relação dos dois acontecimentos tinha em si mesma tanto de palpável que verdadeira maravilha teria sido que o povo deixasse de apreciá-la e dela apoderar-se. Mas, de fato, um dos dois crimes, conhecido por ter sido cometido com atrocidade, é um índice, se alguma coisa é, de que o outro, cometido quase na mesma ocasião, não foi cometido da mesma maneira. Teria sido na verdade um milagre, se, enquanto um bando de rufiões estava perpetrando, em dada localidade, um crime inaudito, estivesse outra quadrilha semelhante, em idêntica

localidade, na mesma cidade, nas mesmas circunstâncias, com os mesmos meios e os mesmos processos, ocupada em um crime precisamente da mesma espécie e precisamente no mesmo espaço de tempo! E no entanto, em que, a não ser nesta maravilhosa série de coincidências, nos levaria a acreditar a opinião, acidentalmente sugerida, do povo?

Antes de ir mais além, consideremos a suposta cena do assassinio, na moita da Barreira do Roule. Essa moita, embora densa, acha-se bem próxima duma estrada pública. Dentro dela havia quatro grandes pedras, formando uma espécie de banco, encosto e um escabelo. Na pedra de cima descobriu-se uma saia branca; na segunda, uma charpa de seda. Uma sombrinha, um lenço de bolso foram também ali encontrados. O lenço nome "Maria Roget". Fragmentos de vestido foram descobertos nas sarças em redor. O chão estava calcado, as moitas partidas, e havia toda a evidência duma luta violenta.

Não obstante a aclamação com que a imprensa recebeu a descoberta dessa moita e a unanimidade com que se supôs que representasse a cena precisa do crime, deve-se admitir que havia mais de uma boa razão para duvidar disso. Que fosse o cenário do crime, eu poderia ou não acreditar, mas havia uma excelente razão para duvidar. Se a verdadeira cena tivesse sido, como sugere *Le Commercial*, na vizinhança da Rua Pavée Saint-André, os executantes do crime, supondo-os ainda morando em Paris, teriam sido naturalmente tomados de terror, ao ver a atenção do público tão agudamente dirigida para a verdadeira pista; e, em certa classe de espíritos, ter-se-ia despertado, imediatamente, o senso da necessidade de uma tentativa qualquer para distrair essa atenção. E assim, tendo já as suspeitas recaído sobre a moita da Barreira do Roule, a idéia de colocar os objetos onde eles foram encontrados podia ter sido naturalmente concebida.

Não há prova real, embora *Le Soleil* assim suponha, de que os objetos descobertos tenham estado mais do que poucos dias na moita; ao passo que existem muito mais provas circunstanciais que eles não poderiam ter ficado ali sem atrair a atenção durante os vinte dias decorridos entre o fatal domingo e a tarde em que encontrados pelos meninos. "Estavam completamente mofados, diz *Le Soleil*, adotando as opiniões de seus predecessores, "pela ação da chuva e colados uns aos outros pelo mofo. A grama crescera em torno e por cima de alguns deles. A seda da sombrinha era forte, mas os fios estavam costurados juntos por dentro. A parte superior, onde fora dobrada e enrolada, estava toda mofada e apodrecida, rasgando-se ao ser aberta a sombrinha..." A respeito da grama ter crescido "em torno e por cima de alguns deles", é claro que o fato podia ter sido verificado apenas de acordo com as palavras e por isso com as recordações dos dois meninos, porque esses meninos pegaram os objetos e levaram-nos para casa antes que fossem vistos por terceiros. Mas a grama cresce, especialmente, tempo quente e úmido (como o da época em que se deu o crime), umas duas ou três polegadas num só dia. Uma sombrinha pousada sobre um chão onde a grama é robusta pode, numa única semana estaria inteiramente oculta na grama subitamente crescida. E quanto a esse mofo sobre o qual o diretor de *Le Soleil* tão pertinazmente insiste, que emprega a palavra nada menos de três vezes no breve parágrafo que acabamos de citar, ignorará ele realmente a natureza desse mofo? Será preciso dizer-lhe que é uma dessas numerosas classes de fungos cujo caráter mais comum é seu aparecimento e decadência dentro de vinte e quatro horas?

Por isso vemos, ao primeiro relance, que o que tem sido mais triunfalmente aduzido em apoio da idéia que os objetos tinham estado "durante pelo menos três ou quatro semanas" na moita é absurdamente nulo, como prova qualquer desses fatos. Por outro é excessivamente difícil acreditar que aqueles objetos pudessem ter permanecido na moita especificada por um tempo maior do que uma simples semana, durante um período mais longo do que de um domingo para outro. Todos aqueles que conhecem um pouco dos arredores de Paris sabem a extrema dificuldade de encontrar "retiros", a não ser a

grandes distâncias de seus subúrbios. Coisa semelhante a um recanto inexplorado, ou mesmo não freqüentemente visitado, entre seus bosques e capões, nem por um momento se imagina. Vá alguém que, sendo de coração amante da natureza, está ainda encadeado pelos deveres ao calor e ao pó desta grande metrópole, vá esse alguém tentar, mesmo durante os dias da semana, saciar sua sede de solidão entre os panoramas de encanto natural que de perto nos circundam. A cada passo encontrará o feitiço nascente, rompido pela voz ou pela intromissão pessoal de algum rufião ou bando de vadios embriagados. Buscará o recolhimento entre as mais densas folhagens, mas tudo em vão. Estão ali os próprios esconderijos, em que a raleia é mais abundante, esses são os templos mais profanados. Com angústia no coração, o passeante voará de volta à poluída Paris, como a sentina de poluição menos imprópria, porque menos odiosa. Ma se a vizinhança da cidade é tão freqüentada durante os dias de trabalho da semana, quanto mais não o será nos domingos! É especialmente então que, libertada das cadeias do trabalho, ou privadas das costumeiras oportunidades para o crime, a vadiagem da cidade busca-lhe os arredores, não pelo amor do campo, que no íntimo ela despreza, mas como um meio de escapar às restrições e convencionalismos sociais.

Deseja menos o ar fresco e as árvores verdejantes do que a extrema licença campestre. Ali, na estalagem, à beira da estrada ou sob a folhagem das árvores, ela se entrega, sem ser refreada por qualquer olhar, exceto o de seus alegres companheiros, a todos os loucos excessos de uma hilaridade contrafeita, produto conjunto da liberdade e da aguardente. Nada digo além do que deve ser evidente para qualquer observador desapaixonado quando repito que a circunstância de terem ficado os objetos em apreço sem ser descobertos em período maior do que de um domingo a outro em qualquer bosquezinho das cercanias de Paris deve ser considerada como pouco menos de miraculosa.

Mas não são necessários outros motivos para a suspeita de que os objetos foram colocados no bosquezinho com o fim de desviar a atenção da cena real do crime. E primeiramente deixe-me dirigir-lhe a atenção para a data da descoberta dos objetos. Compare-a com a data do quinto recorte, que eu mesmo fiz dos jornais. Verificará que a descoberta se seguiu quase imediatamente às comunicações urgentes enviadas ao vespertino.

Essas comunicações, embora várias e aparentemente de várias fontes, tendiam todas para o mesmo fim, a saber, dirigir a atenção para uma quadrilha, como sendo a autora do crime, e para as vizinhanças da Barreira do Roule, como sendo seu teatro. A situação aqui, sem dúvida, não é a de que, em consequência dessas comunicações, ou da atenção pública por elas orientada, os objetos foram encontrados pelos meninos; mas pode, e pode muito bem, haver a suspeita de que os objetos não foram encontrados antes pelos meninos pela razão de que tais objetos não se encontravam antes no bosquezinho, tendo sido colocados ali num período mais tardio, seja o da data em apreço, seja pouco antes dessa data, pelos criminosos, autores das próprias comunicações.

Esse bosquezinho era singular, era excessivamente singular. Incomumente fechado. No recinto de suas muralhas naturais havia três pedras extraordinárias, formando um banco, com encosto e escabelo. E esse bosquezinho, tão cheio de arte, estava na vizinhança imediata a poucos metros de distância da residência da Sra. Deluc, cujos filhos tinham o hábito de examinar acuradamente os hortos circunvizinhos, à procura de casca de sassafrás. Seria desarrazoado apostar - numa aposta de mil contra um - que nem um dia se passava sobre as cabeças desses meninos sem se encontrar pelo menos um deles escondido no umbroso recanto e entronizado no seu trono natural? Aqueles que hesitassem em tal aposta, ou nunca foram crianças, ou esqueceram a natureza infantil. É - repito - imensamente difícil compreender como os objetos poderiam ter ficado sem ser descobertos naquele bosque por período superior a um ou dois dias; e assim há bons

motivos para suspeitar, a despeito da dogmática ignorância de Le Soleil, que eles foram, em data relativamente posterior, colocados onde foram achados.

Mas ainda há outras e mais fortes razões para acreditar que eles foram assim colocados, além dessas sobre que já insisti. E agora deixe-me chamar sua atenção para o arranjo altamente artificial dos objetos. Na pedra de cima estava uma saia branca; na segunda, uma charpa de seda; espalhados em volta, uma sombrinha, luvas e um lenço de bolso, trazendo o nome "Maria Roget". Aqui está precisamente um arranjo, como naturalmente seria feito por uma pessoa não muito perspicaz que desejasse arrumar os objetos naturalmente. Mas não é de modo algum um arranjo realmente natural. Eu preferiria ver as coisas todas no chão e pisadas por pés.

Nos estreitos limites daquele caramanchão, mal era possível que a saia branca mantivesse uma posição sobre as pedras, quando sujeita ao roçar de muitas pessoas em luta para lá e para cá. "Havia sinais - disseram - de uma luta, e a terra estava pisada, moitas partidas, mas a saia branca e a charpa foram achadas colocadas como num guarda-roupa. "Os pedaços de vestido rasgados pela moitas tinham cerca de três polegadas de largura e seis de comprimento. Uma parte era o debrum do vestido e fora emendado. ""Pareciam tiras arrancadas." Aqui, inadvertidamente, Le Soleil empregou uma frase extremamente suspeitosa. Os pedaços, tais com descritos, na verdade parecem tiras arrancadas, mas propositadamente e pela mão. E acidente dos mais raros que um pedaço seja "arrancado" de alguma roupa, tal como agora vemos, por intermédio de um espinho.

Pela própria natureza de tais tecidos, um espinho ou um prego que a eles se prendesse rasgá-los-ia retangularmente, dividi-los-ia em duas fendas longitudinais, em ângulo reto uma com a outra encontrando-se no ápice em que o espinho entrou, mas é raramente possível conceber o pedaço "arrancado". Nunca vi isso, nem você também. Para arrancar um pedaço de qualquer pano, devem ser exigidas, em quase todos os casos, duas forças distintas, em diferentes direções.

Se houvesse duas extremidades do pano, se, por exemplo, fosse um lenço de bolso, e se se desejasse tirar dele uma tira, então, e somente então, uma só força serviria para o caso. Mas no caso presente a questão é arrancar de um vestido que apresenta somente uma extremidade. Para arrancar um pedaço do interior, onde não se apresenta extremidade, só por um milagre poderia fazê-lo por meio de espinhos, e nenhum espinho só poderia realizá-lo. Mas, mesmo onde se apresenta uma extremidade, seriam necessários dois espinhos, operando um em duas distintas direções e o outro numa só. E isto na suposição de que a extremidade não seja embainhada. Se embainhada, a coisa está quase fora de questão.

Vemos assim os numerosos e grandes obstáculos, em se tratando de pedaços que são "arrancados" por meio de simples "espinhos" contudo, somos solicitados a crer que não somente um pedaço, mas muitos, foram assim arrancados. "E uma parte", também, era debrum do vestido. Outro pedaço era parte da saia, e não o debrum. Isto é, estava completamente arrancado, por espinhos, da interna, e sem extremidades, do vestido! Estas são coisas, digo eu, que merecem perdão se nelas não acreditamos; contudo, tomadas coletivamente, formam, talvez, campo razoavelmente menor para suspeita do que a circunstância extraordinária de terem sido os objetos deixados, de algum modo, naquela moita por alguns assassinos, que tiveram a bastante precaução de pensar em remover o cadáver.

Você, porém, não me terá entendido direito, se supuser que minha intenção é negar que essa moita seja a cena do crime. Talvez tenha havido algum delito ali, ou, mais possivelmente, um acidente em casa da Sra. Deluc. Mas, de fato, esse é um ponto de importância menor. Não nos comprometemos numa tentativa para descobrir o local, mas

para apresentar os autores do assassinio. O que eu aduzi, não obstante a minúcia com que o aduzi, fi-lo tendo em vista, primeiro, mostrar a loucura das positivas e precipitadas asserções de Le Soleil, mas, em segundo lugar, e principalmente, trazer você, pelo mais natural dos caminhos, a uma visão mais avançada da duvida sobre se esse crime foi ou não foi obra de uma quadrilha.

Resumiremos esta questão com a simples referência aos pormenores revoltantes do cirurgião interrogado neste inquérito. É apenas necessário dizer que as interferências dele publicadas, a respeito do número de rufiões, foram devidamente ridicularizadas, como injustas e totalmente sem base, por todos os anatomistas reputados de Paris. Não que a coisa não pudesse ter sido assim inferida, mas é que não havia lugar para essa inferência. Não haverá tampouco outras?

Reflitamos agora sobre os "sinais de uma luta". E permita-me perguntar o que se supôs que esses sinais demonstrassem. Uma quadrilha. Mas não demonstrariam antes a ausência de uma quadrilha?

Que luta poderia ter tido lugar, que luta tão violenta e tão tenaz que deixasse sinais em todas as direções, entre uma fraca moça indefesa e uma imaginada quadrilha de rufiões? O silencioso aperto de uns poucos braços brutais, e estaria tudo terminado. A vítima deveria ter ficado absolutamente passiva, à sua discrição. Você aqui levará em consideração que os argumentos apresentados contra o fato de ser a moita a cena do crime são aplicáveis principalmente apenas contra ela, como a cena de um crime cometido por mais de só indivíduo. Se imaginamos, porém, um só violador, podemos conceber, e conceber só assim, a luta de natureza tão violenta e tão obstinada, que deixou "sinais" aparentes.

E mais ainda. Já mencionei a suspeita a suscitar-se contra o fato de que os objetos em questão tiveram de permanecer, de alguma forma, na moita onde foram descobertos. Parece quase impossível que essas provas de culpabilidade tenham sido deixadas ali onde foram encontradas acidentalmente. Houve, supõe-se, suficiente presença de espírito, para remover o cadáver. E contudo, uma prova mais positiva do que o próprio cadáver (cujas feições poderiam ter sido completamente desfeitas pela decomposição) é deixada exposta visivelmente no local do crime; refiro-me ao lenço com o nome da morta. Se foi acidental, não o acidente de uma quadrilha. Podemos imaginá-lo apenas com o acidente de um indivíduo. Vejamos. Um indivíduo cometeu o crime. Está sozinho com o espírito da morta. E apavorado pelo que jaz imóvel à sua frente. A fúria de sua paixão desapareceu. E há no coração bastante espaço para o natural pavor de sua façanha. Não tem aquela segurança que a presença de outros inevitavelmente inspira. Está sozinho com a morta. Treme e está transtornado.

Com tudo, há necessidade de livrar-se do cadáver. Carrega-o até o rio e deixa atrás de si as outras provas de sua culpa, pois é difícil, senão impossível, transportar toda a carga de uma vez, e será fácil voltar para buscar o que se deixou. Mas, em sua penosa caminhada para a água, seus temores redobram dentro dele. Os rumores da vida seguem-lhe os passos. Uma dúzia de vezes ouve, ou julga ouvir as passadas de um observador. Até mesmo as luzes da cidade o perturbam. Contudo, a tempo e com longas e freqüentes pausas de profunda angústia, alcança ele a margem do rio e livra-se de sua carga apavorante, talvez graças a um bote. Mas que tesouro haveria no mundo, que ameaça de vingança poderia haver, que tivesse poder de impelir aquele assassino solitário a voltar, por aquele mesmo caminho perigoso e penoso, até a moita e suas sangrentas recordações? Ele não volta, sejam quais forem as conseqüências. Não podia voltar, se quisesse. Seu único pensamento é a fuga imediata. Volta as costas para sempre àqueles apavorantes bosquetes foge como que diante da ira por vir.

Mas, se se tratasse de uma quadrilha? O número de membros teria inspirado a todos confiança, se, realmente, jamais há falta de confiança no peito dos meliantes consumados, e só de meliante consumados é que se supõe estejam constituídas as quadrilhas. O número deles, repito, teria evitado o terror irracional e transtornante que, imaginei, paralisaria o homem solitário. Se supuséssemos uma negligência em um, ou dois, ou três, esse descuido teria sido remediado por um quarto. Não teriam deixado nada para trás, pois seu número os capacitaria a levar tudo de uma vez. Não haveria, então, necessidade de voltar.

Considere agora a circunstância de que, na vestimenta externa do cadáver, quando encontrado, uma tira, de cerca de trinta centímetros de largura, tinha sido rasgada, desde a barra de baixo até a cintura, enrolada três vezes em volta da cintura e atada por meio de uma espécie de nós, nas costas. Isso foi feito com o objetivo evidente de formar uma alça para carregar o corpo. Teria, porém, algum grupo de homens sonhado em recorrer a tal expediente?

Para três ou quatro, os membros do cadáver teriam fornecido uma alça não só suficiente, mas a melhor possível. Tal recurso é o de um indivíduo só; e isso nos leva ao fato de que, "entre o bosquezinho e o rio, os parapeitos da cerca foram encontrados arriados e o solo mostrava sinais evidentes de haver sido arrastado por ele algum fardo pesado" Mas um grupo de homens ter-se-ia dado ao trabalho supérfluo de arriar uma cerca, para o fim de arrastar por ali o cadáver que eles poderiam bem ter passado por cima de qualquer cerca em um instante? Precisaria um grupo de homens ter arrastado assim o cadáver, a ponto de ter deixado sinais evidentes do arrastamento?

E aqui devemos referir-nos a uma observação de Le Commercial, uma observação sobre a qual já fiz, de algum modo, comentários. Um pedaço - diz o jornal - de um dos saiotes da infeliz moça, de sessenta centímetros de comprimento e trinta de largura, fora arrancado e amarrado sob seu queixo, atando-se na nuca, provavelmente para impedir os gritos. Isso foi feito por sujeitos que não tinham lenços de bolso."

Eu já sugeri que um meliante genuíno nunca anda sem um lenço. Mas não é este fato que agora friso especialmente. Que essa atadura foi empregada quando não faltava um lenço para o fim imaginado por Le Commercial torna-se visível pelo fato de haver sido deixado um lenço no bosque; e que o objetivo não era "impedir gritos", deduz-se também do fato de haver sido empregada de preferência a atadura, em vez do que muito melhor conviria para tal fim. Mas a linguagem do inquérito fala da atadura em questão como "encontrada em volta do pescoço, adaptada frouxamente e amarrada com um nó cego". Estas palavras são suficientemente vagas, mas diferem materialmente das de Le Commercial. A tira era de uma largura de dezoito polegadas e, por conseguinte, embora de musselina, formaria uma faixa forte, quando dobrada ou enrolada longitudinalmente. E enrolada assim é que foi descoberta.

Minha dedução é esta tendo o assassino solitário conduzido o corpo, por alguma distância (seja do bosque ou de outro lugar), por meio da faixa em forma de alça, em volta de sua cintura, achou que o peso, nesse modo de agir, era demasiado para suas forças. Resolveu arrastar o fardo. . . a pesquisa chega a mostrar que ele foi arrastado. Com esse fim em vista, tornou-se necessário amarrar qualquer coisa como uma corda, às extremidades. Podia ser amarrada melhor em volta do pescoço, onde a cabeça a impediria de escapular. E então o assassino pensou, inquestionavelmente, em servir-se da faixa, em torno dos rins. Tê-la-ia usado desse modo se não houvesse seu enrolamento em torno do cadáver, o nó forte que a prendia e a reflexão de que ela não havia sido "arrancada" da roupa. Era mais fácil arrancar novo pedaço da saia branca. Arrancou-o deu-lhe um nó em volta do pescoço e assim arrastou sua vítima até a margem do rio. O fato de que essa "faixa", só conseguida com trabalho e demora, e apenas imperfeitamente servindo ao fim visado, o

fato de que essa faixa tenha sido empregada de qualquer modo demonstra que a necessidade de seu emprego nasceu de circunstâncias que se manifestaram num momento em que não era mais alcançável o lenço, isto é, manifestaram-se, como imaginamos depois de deixar o bosquezinho (se fosse mesmo o bosquezinho) e no caminho entre o bosque e o rio.

Mas o depoimento, dirá você, da Sra. Deluc indica especialmente a presença de uma quadrilha, nas vizinhanças do bosque no momento do assassinio, ou perto dele. De acordo. Duvido é de que não existisse uma dúzia de quadrilhas como a descrita pela Sra. Deluc, na vizinhança da Barreira do Roule, ou perto dela, no momento dessa tragédia, ou perto dele. Mas a quadrilha que atraiu sobre si a frisada animadversão da Sra. Deluc, embora seu depoimento seja algo tardio e muito suspeito, é a única apresentada por aquela honesta e escrupulosa velha senhora como tendo comido os bolos dela e tragado sua aguardente, sem dar-se ao incômodo de pagar-lhe . Et hinc illae irae?

Qual, porém, é o depoimento preciso da Sra. Deluc? "Uma quadrilha de malfeitores apareceu, comportou-se ruidosamente, comeu e bebeu sem pagar, seguiu pelo caminho do rapaz e da moça, voltaram à estalagem por volta do crepúsculo e tornaram a atravessar o rio como se estivesse com grande pressa."

Ora, essa "grande pressa" muito possivelmente pareceu "maior pressa" aos olhos da Sra. Deluc, desde que ela se demora, inquieta e dolorosamente, sobre a violação de seus bolos e aguardente, bolos e aguardente pelos quais ainda podia ter mantido uma fraca esperança de retribuição. Por que, de outro modo, desde que estava a ponto de escurecer, teria ela feito questão da pressa? Não há motivo para admirar, por certo, que mesmo uma quadrilha de meliantes tivesse pressa em voltar para casa, quando se deve atravessar por um largo rio em pequenos botes, quando está prestes uma tempestade e quando a noite se aproxima.

Digo: aproxima-se. Porque a noite não chegara ainda. Foi só "por volta do crepúsculo" que a indecente pressa daqueles "malfeitores" ofendeu os castos olhos da Sra. Deluc. Mas dizem-nos que foi nessa mesma tarde que "a Sra. Deluc, bem como seu filho mais velho ouviram gritos de mulher nas vizinhanças da hospedaria". E com que palavras designa a Sra. Deluc o período da tarde em que tais gritos se ouviram? Diz ela: "Foi logo depois de escurecer..."Mas "logo depois de escurecer" há, no mínimo, escuridão; e por volta do crepúsculo há, certamente, luz diurna.

Assim, torna-se abundantemente claro que a quadrilha deixou a Barreira do Roule antes que os gritos fossem ouvidos pela Sra. Deluc, casualmente (?). E embora em todos os numerosos relatos do depoimento as expressões respectivas em apreço sejam distinta e invariavelmente tais como as que empreguei nesta conversação com você, nenhuma notícia, qualquer que fosse, da enorme discrepância ainda foi assinalada por qualquer dos grandes jornais ou por qualquer dos esbirros da polícia.

Aos argumentos contra uma quadrilha devo acrescentar apenas um; mas este, pelo menos, para minha compreensão, tem um peso inteiramente irresistível. Sob as circunstâncias da grande recompensa oferecida e do pleno perdão a qualquer denunciador dos cúmplices não se deve imaginar, por um momento, que algum membro de uma quadrilha de rufiões de baixa classe, ou de qualquer grupo de homens, deixaria de trair seus cúmplices. Cada um de uma quadrilha assim colocada não só estaria muito ávido pela recompensa, ou ansioso por escapar, como temeroso de traição. Ele trai, apressada e rapidamente, para que ele mesmo não possa ser traído. Que o segredo não tenha sido divulgado é a melhor prova que é, de fato, um segredo. Os horrores deste sinistro caso são conhecidos somente por uma ou duas criaturas humanas vivas e por Deus.

Recapitulemos agora os escassos porém seguros frutos de nossa longa análise.

Chegamos à convicção seja dum fatal acidente, sob o teto da Sra. Deluc, seja dum crime perpetrado, na moita da Barreira do Roule, por um amante, ou pelo menos por um camarada íntimo e secreto da morta. Esse camarada tem a tez morena. Essa tez, o "nó" na faixa e o "nó de marinheiro", com que está atada a fita do chapéu, designam um homem do mar. Sua camaradagem com a morta, uma moça alegre mas não abjeta, denuncia-o como de grau superior ao de simples marinheiro. Aqui as comunicações urgentes e bem escritas aos jornais servem bastante para corroborar nossa hipótese. A circunstância da primeira fuga, revelada por Le Mercure, leva a fundir a idéia desse marinheiro com a daquele "oficial de marinha", que se conhece como tendo sido o primeiro que induziu a infeliz a cometer uma falta.

E aqui, com a maior oportunidade, se apresenta a consideração da contínua ausência desse tal homem de tez morena. Detenhamo-nos na observação de que a tez desse homem é escura e queimada; não é uma tez simplesmente requeimada essa que constitui o único ponto de recordação tanto para Valence como para a Sra. Deluc. Mas porque está ausente esse homem? Teria sido assassinado pela quadrilha? Se tal aconteceu, por que há apenas sinais da moça assassinada? Há de supor-se que o local do crime tenha sido o mesmo. E onde está o cadáver dele? Com toda a probabilidade deveriam os assassinos ter-se livrado de ambos, da mesma maneira. Mas pode-se alegar que este homem está vivo e que o receio de ser acusado do crime o impede de se dar a conhecer. Somente agora é que se pode supor que essa consideração aja sobre ele, tão tarde já, pois foi testemunhado ter sido ele visto com Maria, mas não teria tido força alguma no período do crime.

O primeiro impulso dum homem inocente teria sido anunciar o crime e ajudar a identificar os bandidos. Esta política seria aconselhável. Fora visto com a moça. Cruzara o rio com ela num barco descoberto. A denúncia dos assassinos teria parecido, mesmo a um idiota, o meio único e mais seguro de livrar a si mesmo de suspeita. Não podemos supô-lo, na noite do domingo fatal, ao mesmo tempo inocente e ignorante dum crime cometido. Entretanto, somente em tais circunstâncias é possível imaginar que, estando vivo, deixasse de denunciar os assassinos. E que meios possuímos de alcançar a verdade? Veremos esses meios se multiplicarem e se reunirem distintamente, à medida que avançarmos. Sondemos até o fundo esse caso da primeira fuga. Tomemos conhecimento da história completa do oficial, bem como das circunstâncias atuais em que se encontra e do seu paradeiro na época precisa do crime. Comparemos cuidadosamente umas as outras as várias comunicações enviadas aos jornais da noite, o objetivo era incriminar uma quadrilha.

Isto feito, comparemos essas comunicações, pelo estilo e pela caligrafia, com as enviadas ao jornal da manhã, em ocasião precedente, instinto tão veementemente na culpabilidade de Mennais. E feito tudo isto, comparemos de novo essas várias comunicações a caligrafia conhecida do oficial. Tentemos averiguar, por meio dos repetidos interrogatórios da Sra. Deluc e de seus filhos, bem como do condutor do ônibus, Valence, alguma coisa mais a respeito aparência pessoal e atitudes do "rapaz moreno". Perguntas, habilmente dirigidas, não deixarão de arrancar, de algumas dessas testemunhas, informações sobre esse ponto particular (ou sobre outros - informações que nem mesmo as próprias testemunhas podem estar certas de possuir. E depois sigamos o bote, recolhido pelo bateleiro, na manhã de segunda-feira, 23 de junho, e que foi retirado do escritório de navegação sem que o oficial de serviço disso tivesse conhecimento, e sem o leme, em certa ocasião anterior à descoberta do cadáver. Com a devida precaução e perseverança seguiremos infalivelmente esse bote, pois não somente o bateleiro que o recolheu pôde identificá-lo, mas temos o leme à nossa disposição. O leme dum bote a vela não teria sido abandonado sem busca por alguém de coração inteiramente à vontade. E paremos aqui para insinuar

uma sugestão. Não houve aviso do recolhimento desse bote. Foi silenciosamente levado para o escritório de navegação e silenciosamente de lá saiu. Mas como se deu que seu proprietário, ou quem dele se utilizava, logo na terça-feira de manhã, fosse informado, sem nenhum aviso, do local onde se achava o bote recolhido na segunda-feira, a menos que imaginemos alguma conexão com a marinha, alguma conexão permanente e pessoal que implicasse o conhecimento de seus mínimos interesses e de suas pequeninas notícias locais?

Ao falar do assassino solitário levando sua carga para a praia já tinha eu insinuado a probabilidade de haver-se ele utilizado dum bote. Compreendemos agora que Maria Roget foi precipitada dum bote. Deve ter sido este, naturalmente, o caso. O cadáver não pode ter sido confiado às águas pouco profundas da praia. As marcas características nas costas e nos ombros da vítima denunciavam as travessas do fundo dum barco.

Que o corpo tenha sido encontrado sem um peso, vem também corroborar a hipótese. Se tivesse sido lançado da margem, ter-lhe-iam por certo amarrado um peso. Só podemos explicar-lhe a falta supondo que o assassino esqueceu a precaução de suprir-se de um, antes de pôr-se ao largo. No ato de lançar o corpo à água, deveria ter, sem dúvida alguma, percebido sua negligência; mas então remédio algum havia à mão. Qualquer risco seria preferível a voltar à maldita praia. Uma vez livre de sua horrenda carga, ter-se-ia criminoso apressado em voltar para a cidade. Ali, em qualquer cais obscuro teria saltado em terra. Mas o bote, tê-lo-ia posto em segurança? Muita era a pressa que tinha, para perder tempo em guardar um bote. Além disso, amarrando-o ao cais, teria acreditado estar amarrado uma prova contra si mesmo. Naturalmente pensou em afastar de si, o mais longe possível, tudo quanto tivera relação com seu crime. Não somente fugira do cais, mas não deixara que o bote lá ficasse. Por certo, empurrou-o para a correnteza.

Prossigamos na nossa concepção. Pela manhã, o miserável foi tomado de indizível terror, ao descobrir que o bote tinha sido recolhido à um lugar que ele costumava freqüentar diariamente, a um lugar talvez, que suas ocupações o obrigassem a freqüentar. Na noite seguinte sem ousar perguntar pelo leme, fez desaparecer o bote. Onde se encontra agora esse bote sem leme? Seja um dos nossos primeiros objetivos descobri-lo. Com o primeiro esclarecimento que pudemos obter, começará a aurora de nosso êxito. Este bote nos guiará com uma rapidez que surpreenderá a nós próprios, àquele que utilizou à meia-noite do domingo fatídico. Confirmações se amontoarão sobre confirmações e seguiremos a pista do criminoso.

Por motivos que não especificaremos, mas que parecerão claros a muitos leitores, tomamos a liberdade de omitir aqui, do manuscrito a nós entregue, a parte em que se acha pormenorizado o prosseguimento do indício, aparentemente ligeiro, descoberto por Dupin.

Julgamos conveniente apenas fazer conhecer, em resumo, que o resultado desejado foi obtido e que o Chefe de Polícia cumpriu, pontualmente, embora com relutância, os termos de seu contrato, com o cavalheiro. O artigo do Sr. Poe conclui com as palavras que se seguem :

Compreender-se-á que falo de simples coincidências e nada mais. O que já disse a respeito deste assunto deve bastar. Não há no meu coração nenhuma fé no sobrenatural. Que a Natureza e Deus sejam dois, nenhum homem que pensa poderá negá-lo. Que este, criando aquela, pode, à vontade, controlá-la, ou modificá-la, é também incontestável. Digo "à vontade", pois a questão é de vontade, e não de poder, como certos lógicos absurdos o têm suposto. Não é que a Divindade não possa modificar suas leis, mas nós a insultamos

imaginando uma possível necessidade de modificação. Na sua origem essas leis foram feitas para abarcar todas as contingências que poderiam fazer no futuro. Com Deus tudo é presente.

Repito, pois, que falo dessas coisas somente como coincidências. E mais ainda no que relato, ver-se-á que, entre a sorte da infeliz Maria Cecilia Roget até onde se conhece essa sorte, e a sorte de uma tal Maria Roget, até certa época de sua história, existiu um paralelo na contemplação de cuja maravilhosa exatidão a razão se sente embaraçada. Digo que tudo isso se verá. Mas nem por um instante se suponha que, continuando a triste história de Maria, desde a época mencionada e encaixando até sua solução o mistério que a cercava, foi meu desígnio secreto sugerir uma extensão do paralelo, ou mesmo insinuar que as medidas adotadas em Paris, para a descoberta do assassino de uma grisette, ou medidas baseadas sobre um método de raciocínio semelhante, produziram resultado idêntico. Porque em relação a última parte da suposição, dever-se-ia considerar que a mais leve variação nos fatos dos dois casos poderia dar origem aos mais graves erros de cálculo, fazendo divergir totalmente os dois cursos de acontecimentos, como acontece tantas vezes em aritmética, em que um erro inapreciável, se tomado individualmente, produz afinal, por força de multiplicação em todos os pontos da operação, um resultado enormemente distante do verdadeiro.

E relativamente à primeira parte, não devemos deixar em vista que esse mesmo cálculo das probabilidades a que me referi interdiz qualquer idéia da extensão do paralelo e a interdiz com uma positividade forte e decidida, justamente na proporção em que esse paralelo já tem sido lento e exato. É esta uma dessas proposições anômalas que, se bem que pareça considerar-se totalmente separada da matemática, é contudo daquelas que somente os matemáticos podem plenamente conceber. Nada, por exemplo é mais difícil do que convencer o leitor comum de que o fato de ter sido o seis lançado duas vezes sucessivas, por um jogador de dados, é causa suficiente para apostar-se em grosso que o seis não aparecerá na terceira tentativa.

Uma sugestão dessa espécie é geralmente rejeitada pela inteligência, imediatamente. Não se compreende como as duas jogadas já realizadas, e que são agora coisa absolutamente do passado, possam ter influência sobre a terceira que existe somente no futuro. A possibilidade de obter o seis parece ser precisamente o que ela era em não importa qual momento, isto é, sujeita tão só à influência das várias outras jogadas que os dados possam fazer. E esta é uma reflexão que parece tão excessivamente evidente que qualquer tentativa de controvertê-la é recebida mais freqüentemente com um sorriso de zombaria do que com algo que lembra uma atenção respeitosa. O erro aqui implicado, grande erro grávido de males, não pode ser aqui exposto, dentro dos limites que me são atualmente concedidos, e para os filósofos dispensa explicação. Basta dizer aqui que forma ele um engano de uma infinita serie de enganos, que surgem no caminho da Razão, em virtude de sua tendência em buscar a verdade no pormenor.

